

Ministérios de Desenvolvimento Agrário – MDA
Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT
Delegacia Federal do MDA no Estado de Santa Catarina – DFDA – SC
Território Planalto Catarinense - SC

TERRITÓRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE



NOVEMBRO DE 2010

I - INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Guilherme Cassel

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Humberto Oliveira

DELEGADO FEDERAL DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO
ESTADO DE SC

Jurandi Teodoro Gugel

ARTICULADOR ESTADUAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRI-
TORIAL NO ESTADO DE SC

Alexandre da Silva Santos

ARTICULADOR TERRITORIAL

Evandro Macagnam

NÚCLEO DIRIGENTE DO COLEGIADO TERRITORIAL

NUCLEO TÉCNICO DO COLEGIADO TERRITORIAL

SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO.....</u>	<u>4</u>
<u>RESUMO EXECUTIVO.....</u>	<u>6</u>
<u>HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIDADE DO TERRITÓRIO.....</u>	<u>8</u>
<u>1- DIAGNÓSTICO TERRITORIAL.....</u>	<u>9</u>
<u>1.1 Dimensão Sociocultural e Educacional.....</u>	<u>9</u>
<u>1.1.1.Contexto histórico da formação e constituição do Território.....</u>	<u>9</u>
<u>1.1.2.Características demográficas.....</u>	<u>13</u>
<u>1.1.3.Características do Tecido Sociocultural.....</u>	<u>16</u>
<u>1.1.4.Situação da Saúde.....</u>	<u>17</u>
<u>1.1.5.Situação da Educação.....</u>	<u>20</u>
<u>1.2Dimensão Ambiental.....</u>	<u>26</u>
<u>1.1.1 Características geoambientais.....</u>	<u>26</u>
<u>1.1.2 Processos Territoriais de Gestão Ambiental.....</u>	<u>27</u>
<u>1.3 Dimensão socioeconômica.....</u>	<u>31</u>
<u>1.1.3 Análise dos Setores Industrial e de Comércio e Serviços.....</u>	<u>34</u>
<u>Empregos35</u>	
<u>1.1.4 Análise do Setor Agropecuário.....</u>	<u>40</u>
<u>A - Produtos de origem vegetal.....</u>	<u>50</u>
<u>B - Produtos de origem animal.....</u>	<u>51</u>
<u>B.1 - leite e mel.....</u>	<u>51</u>
<u>C - Agroindústrias familiares.....</u>	<u>52</u>
<u>1.1.4.1 Organizações e Serviços de Apoio à Agricultura Familiar no Território.....</u>	<u>53</u>
<u>1.1.4.2 Resultados das Principais Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no</u>	
<u>Território</u>	<u>55</u>
<u>2 - VISÃO DE FUTURO.....</u>	<u>57</u>
<u>3 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....</u>	<u>58</u>
<u>4 - VALORES OU PRINCÍPIOS.....</u>	<u>58</u>
<u>5 - DIRETRIZES PRINCIPAIS.....</u>	<u>59</u>
<u>6- EIXOS DE DESENVOLVIMENTO.....</u>	<u>60</u>
<u>6.1 - Eixo 1 – Geração de emprego e renda.....</u>	<u>60</u>
<u>6.2 - Eixo 2 – Associativismo e cooperativismo.....</u>	<u>61</u>
<u>6.3 - Eixo 3 – Meio ambiente.....</u>	<u>62</u>
<u>6.4 - Eixo 4 – Intermunicipalidade.....</u>	<u>62</u>
<u>6.5 - Eixo 5 – Organização e formação.....</u>	<u>62</u>
<u>6.6 - Eixo 6 - infraestrutura e serviços de apoio.....</u>	<u>63</u>
<u>7 - PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS.....</u>	<u>63</u>
<u>7.1 - Geração de emprego e renda.....</u>	<u>63</u>
<u>7.2 - Associativismo e cooperativismo.....</u>	<u>64</u>
<u>7.3 - Meio ambiente.....</u>	<u>64</u>
<u>7.4 - Intermunicipalidade.....</u>	<u>64</u>
<u>7.5 - Organização e formação.....</u>	<u>65</u>
<u>7.6 - Infraestrutura e serviços de apoio.....</u>	<u>65</u>
<u>8 - PROPOSTA DE GESTÃO DO PLANO TERRITORIAL.....</u>	<u>65</u>
<u>9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>66</u>
<u>10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTOS CONSULTADOS.....</u>	<u>67</u>

APRESENTAÇÃO

Este documento é resultado de oficinas e plenárias realizadas no processo de construção do Planejamento Territorial tendo como um dos objetivos a elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do Território do Alto Uruguai Catarinense do Estado de Santa Catarina (PTDRS). Essa política de desenvolvimento é fomentada pelo Programa de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (PRONAT) do Governo Federal, que visa a redução das desigualdades sociais, a superação da pobreza rural e a promoção do desenvolvimento sustentável. Para isso conta com a articulação de políticas públicas e atuação protagonista das diferentes organizações e segmentos sociopolíticos representativos existentes nos territórios. No Território do Alto Uruguai Catarinense, esse Programa foi implementado com metodologias participativas, buscando a participação democrática na construção coletiva do PTDRS.

Para tanto se adotou a análise sistêmica das diferentes esferas que compõem a socioeconomia do Território, estabelecendo como um dos propósitos do processo de planejamento a composição e fortalecimento de um Colegiado Territorial. Esse Colegiado foi constituído tendo-se em conta a representatividade e legitimidade sociopolítica das diferentes instituições que atuam, direta ou indiretamente, no desenvolvimento rural. Além disso, tem-se buscado construir uma estrutura de funcionamento e condições para negociar e implementar as ações e projetos do PTDRS. Pretende-se que o Plano espelhe os sonhos individuais e coletivos das comunidades e sujeitos que fazem parte do Território.

Esta versão do Plano priorizou a atualização do Diagnóstico Territorial. Os demais componentes –visão de futuro, objetivo estratégico, valores ou princípios, diretrizes, eixos de desenvolvimento, e proposta de gestão do plano- serão objeto de discussão e de elaboração pelos membros do Colegiado Territorial na sequência do processo de planejamento. A atualização do diagnóstico territorial foi realizada por meio da análise de dados secundários, em especial dos últimos Censos -Demográfico de 2010 e Agropecuário de 2006- e entrevistas com representantes institucionais do Território. Este Plano busca, de forma especial,

apoiar projetos estratégicos que melhorem a vida de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pescadores artesanais¹ presentes no Território. Esta orientação não significa, no entanto, que se trata de um Plano setorial, voltado exclusivamente para o universo agrícola, sem levar em conta outras categorias sociais e, principalmente, os demais setores econômicos. Ao contrário, espera-se que o diagnóstico territorial aponte elementos chaves que possibilite o fortalecimento de um processo de articulação intersetorial e interinstitucional.

¹ Na sequência deste Plano utiliza-se a noção de agricultura familiar como agregadora, também, desses outros segmentos sociais, embora se saiba que entre eles exista uma diversidade de situações marcante, que precisa ser considerada quando da implementação de políticas públicas.

RESUMO EXECUTIVO

O Território Alto Uruguaí é composto por dezesseis municípios, sendo a maioria tipicamente rural pelos critérios adotados pela SDT/MDA². Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, o Território possui uma população de 145.737 habitantes e uma Densidade Demográfica (DD) de 43,8 hab./Km², pouco abaixo dos 64,8 hab./Km² do estado de Santa Catarina e bem acima dos 21,7 hab./Km² do Brasil. A peculiaridade consiste na presença do município de Concórdia com 68.469 habitantes e uma DD de 85,9 hab./Km². Embora o Território tenha essa especificidade, a média populacional dos dezesseis municípios é de apenas 8.097 habitantes, portanto pelos critérios da SDT trata-se de um território rural.

Os dados preliminares do Censo Demográfico de 2010 revelam uma situação preocupante no Território: onze municípios apresentaram crescimento populacional negativo entre 2000 e 2010. Com exceção de Itá (6.393 hab.), todos os demais municípios cujas populações decresceram no período intercensitário têm menos de cinco mil habitantes. Os municípios que mais perderam população no período foram Presidente Castello Branco (-20,2%), Piratuba (-17,7%) e Paial (-14,1%). Embora haja uma dispersão geográfica dos municípios que perderam população percebe-se uma certa concentração na parte sudeste do Território (Alto Bela Vista, Piratuba, Ipira, Peritiba, Presidente Castello Branco e Jaborá).

Dos dezesseis municípios, apenas cinco possuem mais de cinco mil habitantes: Concórdia (68.469), Seara (16.848), Irani (9.525), Ipumirim (7.220) e Itá (6.393). Desses, Concórdia cumpre o papel de município pólo em decorrência dos seus melhores desempenhos na esfera econômica e, sobretudo, no que se refere à qualidade dos serviços prestados à população. Já Seara encontra-se localizado entre dois importantes municípios do oeste catarinense -Chapecó e Concórdia- e, também, detém uma razoável estrutura de serviços. Esses dois municípios são sedes de Secretarias de Desenvolvimento Regional do governo do estado de Santa Catarina.

² A SDT adota os seguintes critérios de ruralidade: "município - densidade demográfica até 80 hab./Km² e população total até 50.000 habitantes; microrregião geográfica - densidade demográfica até 80 hab./Km² e população média por município componente da microrregião de 50.000 habitantes. Sempre que uma microrregião atinge índices que a categorizam como 'rural', nesta categoria se incluem todos os municípios que compõem a microrregião considerada" (SDT, 2003, p.35).

O público beneficiário prioritário dos projetos a serem empreendidos com apoio do PRONAT constitui-se de 11.521 estabelecimentos de agricultores familiares de um total de 12.762 estabelecimentos agropecuários. No Território a incidência de estabelecimentos familiares é de 90,3%, estando acima dos 87% do estado e dos 84,5% do Brasil.

Nesta nova versão do Plano priorizou-se o aprimoramento do diagnóstico territorial, considerando as dimensões sócio-cultural, político-institucional, ambiental e econômica. Os demais componentes do Plano serão elaborados na continuidade dos trabalhos de planejamento. Para tanto, o Território possui um Colegiado Territorial constituído de forma paritária entre representantes do poder público e instituições ligadas à agricultura familiar. Os núcleos Dirigentes e Técnicos desse Colegiado, previstos no Regimento Interno, efetuam encontros periódicos, buscando estabelecer um processo permanente de planejamento, com monitoramento e reavaliação do Plano sempre que se considerar necessário. Além disso, os representantes desses Núcleos procuram orientar e monitorar a aplicação de recursos públicos das diferentes políticas setoriais.

HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIDADE DO TERRITÓRIO

Inicialmente, o Território do Alto Uruguai congregava apenas uma Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) do governo do estado de Santa Catarina³: a SDR de Concórdia. Com a ampliação do número de SDR, na área de abrangência desse Território foi criada a SDR de Seara. Na atualidade, portanto duas SDR compõem o Território, sendo que um município (Jaborá) pertence à SDR de Joaçaba. Segundo avaliação do gestor estadual da SDR/MDA, este Território é considerado o mais próximo do desenho proposto pela estratégia territorial dessa Secretaria, pois nele se sobrepõem várias outras formas de articulação de instâncias e segmentos organizativos: Associações de Municípios, SDR, redes de cooperativas, entre outros. Em compensação, trata-se de um dos territórios do estado com o maior acirramento de conflitos entre as instituições que participam do Colegiado Territorial. Esse aspecto representa, na atualidade, um dos maiores desafios para que se possa aprofundar a implementação dessa política. A mediação de conflitos gerados dos diferentes interesses políticos das instituições é vista como pré-condição para a continuidade dos trabalhos. A continuidade deste histórico, contendo as principais ações empreendidas desde a criação da Comissão de Implantação das Ações Territoriais (CIAT) até a constituição do Colegiado Territorial, bem como do processo de elaboração dos projetos financiados, encontra-se em processo de elaboração pelo articulador territorial.

³ Em janeiro de 2003, a reforma administrativa do governo estadual estabeleceu a nova estrutura administrativa do poder executivo de Santa Catarina. O Projeto de Lei Complementar 001/03 foi sancionado como Lei Complementar nº243, criando na época 29 SDR e respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional, além do Conselho estadual de desenvolvimento. Posteriormente, novas SDR foram constituídas existindo, na atualidade, um total de 36 Secretarias. No processo de constituição dos Territórios da política do MDA/SDT, as delimitações geográficas dessas Secretarias foram, na medida do possível, respeitadas, aglutinando mais de uma SDR num mesmo território.

1- DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

A elaboração deste diagnóstico se deu por meio da análise de dados secundários, documentos preliminares produzidos no processo de implantação dessa política, a exemplo do Plano Territorial elaborado anteriormente, além de entrevistas com atores que participam desse processo, seja direta, seja indiretamente. De forma resumida pode-se dizer que se priorizou três focos principais. O primeiro procura fornecer elementos considerados relevantes para que as organizações territoriais e a SDT acompanhem o processo de implementação dessa política no Território. O segundo visa organizar informações já trabalhadas pelos membros do Colegiado Territorial, mas que ainda não se encontravam sistematizadas. E o terceiro fornece algumas novas informações a partir de fontes de dados secundários recentes, a exemplo dos Censos Demográfico de 2010 e Agropecuário de 2006. Com isso espera-se que os atores locais tenham acesso às informações relativas ao Território, que contribuam para as suas discussões tanto sobre a concepção de projetos estratégicos, quanto sobre a elaboração mais complexa e articulada do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território do Alto Uruguai Catarinense.

1.1 Dimensão Sociocultural e Educacional

1.1.1. Contexto histórico da formação e constituição do Território

A história da região oeste de Santa Catarina, da qual o Território do Alto Uruguai faz parte, é marcada por importantes conflitos relacionados ao processo de definição da posse e uso da terra. A antiga “região contestada”, hoje desmembrada em cinco microrregiões da mesorregião Oeste Catarinense, concentra os conflitos de terra mais importantes. Essa região, além de ser a mais expressiva em relação à atividade primária, representa, também, o “berço” do MST no estado de Santa Catarina, constituído a partir dos anos 1980.

No início do século, a Guerra do Contestado (1912-1916) significou uma revolta camponesa frente à expropriação das terras empreendida pela empresa estrangeira construtora da ferrovia São Paulo-Rio Grande. O conflito desenrolou-se na região e sociologicamente é classificado como um movimento de cunho

messiânico. Com o fim do movimento e o conseqüente massacre dos camponeses por tropas federais, a “região contestada” (entre os estados de Santa Catarina e do Paraná) foi incorporada à Santa Catarina. O Estado adotou o mecanismo da colonização, sob a responsabilidade de companhias colonizadoras privadas, para ocupar a referida região⁴.

A principal medida de incorporação do ex-contestado à Santa Catarina foi a colonização. A eficácia do projeto colonizador requereu agente humano, cujo modelo foi o descendente do europeu, vindo das colônias velhas, do Rio Grande do Sul. Este aspecto traz similitudes com a ideologia da colonização européia no país, tendo como protagonista os colonos 'trabalhadores', 'construtores do progresso e da civilização', no entanto, excluindo desse projeto a população brasileira, a posseira (Renk, 1990:54).

Segundo essa autora, as companhias colonizadoras não só arregimentaram as famílias de colonos gaúchos, como também, empreenderam uma “limpeza da área”, povoada por posseiros voltados para o extrativismo vegetal, especialmente ao corte da erva-mate abundante na região, à criação extensiva de alguns animais e cultivos de subsistência. Esse procedimento consistia em expulsar os posseiros, uma vez que a sua presença desvalorizava e prejudicava os negócios com os colonos gaúchos. Esses, em geral, preferiam adquirir “terras limpas”, ou seja, sem a presença dos habitantes já radicados na região.

A origem desse contingente humano, identificado genericamente por “caboclo” não é de toda conhecida. Campos (1987) atribui ao deslocamento de peões das estâncias gaúchas, fugitivos de diversas revoltas, dentre as quais a Revolução Farroupilha (1835-45) e a Federalista (1893), soldados da guerra do contestado, etc, que miscigenaram com a população indígena local, ampliando significativamente seu número.

Tanto Campos como Renk apontam a atual subalternidade dos agricultores de origem cabocla. Essa noção compreende a marginalização econômica e política acentuada desses agricultores em relação aos demais. Frequentemente migram a procura de melhores condições de vida e representam hoje a maioria dos trabalhadores volantes da região.

⁴ No século passado (1850), o “Território das Missões”, que compreendia parte da mesorregião oeste catarinense, foi contestado pela Argentina. Mais tarde, no início do século, a mesma região esteve em disputa pelos estados do Paraná e Santa Catarina.

Dessa forma, o processo de colonização da região oeste excluiu a população cabocla da propriedade da terra. As indicações são de que, dos anos 30 ao início dos 60, ocorreu a consolidação do grupo de origem europeia e uma crescente pauperização dos camponeses caboclos. Esses, na maioria, transformaram-se em parceiros, arrendatários, posseiros e em bóias-frias.

A fase seguinte é caracterizada pelos impactos da modernização agrícola, verificada a partir da década de 1960. O desenvolvimento da agricultura nessa região está associado às grandes agroindústrias processadoras de matéria prima, que se desenvolveram com auxílios do Estado e com estreita relação com as unidades agrícolas de produção familiar. O sistema de integração vertical, principalmente de suínos e aves, foi a forma que predominou no processo de modernização agrícola do oeste catarinense e que ainda se mantém presente.

Campos (1987) identificou quatro fases distintas no processo evolutivo das relações entre capital e unidade de produção familiar na região:

1ª- Produção de subsistência e gestação do pequeno capital industrial. Essa fase compreende o período entre o início da colonização e meados da década de 1930;

2ª- O crescimento do capital comercial e sua expansão em busca do excedente da agricultura familiar. Essa fase caracterizou-se pela comercialização praticamente exclusiva de suínos, dando mostras de certa concentração de capital. Compreende um período de dez anos- 1935 a 1945;

3ª- Surgimento do grande capital agroindustrial. Com a estruturação dos grandes frigoríficos- Sadia, Perdigão, Seara, Saicc, etc- ocorreu a intensificação de certos segmentos da produção agrícola familiar, em especial a suinocultura. Essa fase foi de 1945 a 1965;

4ª- Processo de monopolização do capital agroindustrial e a modernização seletiva da pequena produção mercantil. O capital subordinou a produção familiar sem prescindir dela. Essa fase teve início em meados da década de 1960 e estende-se à atualidade. Sua principal característica é a presença determinante do Estado como fomentador do processo (Campos,1987:147).

O resultado desse processo histórico de exclusão dos agricultores familiares, inicialmente, dos caboclos do acesso à terra e, em seguida, de parcela importante dos descendentes de europeus das principais cadeias produtivas, resultou em duas importantes frentes de ação política desse segmento social, que contaram com forte auxílio de segmentos progressistas da Igreja Católica. Uma consistiu na organização

do Movimento dos Sem Terra (MST), que em maio de 1985 surpreendeu as autoridades do governo do estado e a maioria das organizações políticas de Santa Catarina com ocupações de terras mobilizando mais de 2.000 famílias de agricultores sem terra. Desde então, o MST se estruturou noutras microrregiões do estado, mas o oeste continua sendo sua referência, embora sua atuação no interior do Território não seja tão expressiva.

A outra frente de atuação política, embora tenha origem próxima ao MST, passou pelas oposições sindicais junto aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR). As primeiras vitórias e o surgimento dos “Sindicatos Combativos”, como se autodenominavam, foram ganhando expressão e culminaram em forças políticas que, mais tarde, influenciaram no destino de algumas administrações municipais, a exemplo de três gestões seguidas do Partido dos Trabalhadores junto à Prefeitura de Concórdia. Esse movimento de oposição sindical está na origem, também, da organização da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), inicialmente na região Sul, mas que busca se instituir em nível nacional.

É nesse contexto que surgem, também, Organizações Não Governamentais (ONG) voltadas ao apoio e busca de alternativas produtivas para a agricultura familiar da região. A Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina (APACO) pode ser apontada como uma das principais entidades cuja origem está vinculada à organização sociopolítica da agricultura familiar do oeste catarinense. Muitas experiências consolidadas nessa área têm origem de ações coordenadas pela APACO. Um exemplo é a criação do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural Solidário (Sistema Cresol). A Cooperativa de Crédito de Seara foi uma das primeiras cooperativas do Sistema Cresol constituídas na região

Atualmente, o Território do Alto Uruguai possui uma série de lideranças envolvidas nas diversas redes socioprodutivas e políticas da agricultura familiar, como as redes de agroindústrias familiares, turismo rural, agroecologia, movimentos sociais, cooperativismo de crédito solidário, etc.

Situado na chamada Rota das Águas do Alto Uruguai, o Território do Alto Uruguai Catarinense é, atualmente, um dos principais pólos turísticos do oeste de Santa Catarina e tem na agroindústria sua atividade econômica mais importante. O acesso terrestre pode ser feito pelas rodovias BR-153 e SC-283, que lhe confere um acesso fácil a praticamente todas as regiões do país. Na direção Norte-Sul, a

região é cortada pelas rodovias SC-465 e SC-466, que facilitam o acesso aos estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Na direção Leste-Oeste, a ligação é feita por meio da rodovia SC-283, que é integrada ao sistema da rodovia BR-282, responsável por maior parte do fluxo para o resto do Brasil. As distâncias entre Concórdia, principal município integrante do Território e as capitais dos estados da região sul do país são de 570 Km a Florianópolis, 420 Km a Curitiba e 430 Km a Porto Alegre. Concórdia encontra-se a 70 Km de Chapecó, município que conta com um aeroporto com vôos regulares das principais empresas aéreas do país.

1.1.2. Características demográficas

A Figura 1, a seguir, apresenta a localização geográfica do Território no estado e dos municípios no interior do Território. Os dezesseis municípios que constituem o Território abrangem uma área total de 3.327 Km², o que representa cerca de 3,5% da superfície de Santa Catarina. Em 2000, sua população era de 142.086 habitantes (2,65% da população estadual), passando para 145.737 em 2010 (2,36% da população estadual). Enquanto Santa Catarina registrou um crescimento populacional de 15,4%, a população do Território cresceu somente 2,6% no período intercensitário 2000-2010.

Segundo dados preliminares do Censo Demográfico de 2010 apresentados na Tabela 1, abaixo, o Território possui uma Densidade Demográfica (DD) de 43,8 hab./Km², inferior aos 64,8 hab./Km² do estado e acima da DD do país (21,7%). As três maiores densidades demográficas encontram-se em Concórdia (85,9 hab./km²), Seara (53,9 hab./Km²) e Itá (38,6 hab./Km²). As duas únicas DD registradas abaixo da casa dos 20 hab./Km² são as de Xavantina e Alto Bela Vista com, respectivamente, 19,2 e 19,4 hab./Km².

A peculiaridade demográfica do Território consiste na presença do município de Concórdia com 68.469 habitantes e uma DD de 85,9 hab./Km². Embora o Território tenha essa especificidade, a média populacional dos dezesseis municípios é de apenas 8.097 habitantes, portanto pelos critérios da SDT trata-se de um território rural⁵. Os dados preliminares do Censo Demográfico de 2010 revelam uma situação preocupante no Território: onze municípios apresentaram crescimento po-

⁵ A SDT adota os seguintes critérios de ruralidade: "município - densidade demográfica até 80 hab./Km² e população total até 50.000 habitantes; microrregião geográfica - densidade demográfica até 80 hab./Km² e população média por município componente da microrregião de 50.000 habitantes. Sempre que uma microrregião atinge índices que a categorizam como 'rural', nesta categoria se incluem todos os municípios que compõem a microrregião considerada" (SDT, 2003, p.35).

pulacional negativo entre 2000 e 2010. Com exceção de Itá (6.393 hab.), todos os demais municípios cujas populações decresceram no período intercensitário têm menos de cinco mil habitantes. Os municípios que mais perderam população no período foram Presidente Castello Branco (-20,2%), Piratuba (-17,7%) e Paial (-14,1%). Embora haja uma dispersão geográfica dos municípios que perderam população percebe-se certa concentração na parte sudeste do Território (Alto Bela Vista, Piratuba, Ipira, Peritiba, Presidente Castello Branco e Jaborá).

Dos dezesseis municípios, apenas cinco possuem mais de cinco mil habitantes: Concórdia (68.469), Seara (16.848), Irani (9.525), Ipumirim (7.220) e Itá (6.393). Desses, Concórdia cumpre o papel de município pólo em decorrência dos seus melhores desempenhos na esfera econômica e, sobretudo, no que se refere à qualidade dos serviços prestados à população. Já Seara encontra-se localizado entre dois importantes municípios do oeste catarinense -Chapecó e Concórdia- e, também, detém uma razoável estrutura de serviços. Esses dois municípios são sedes de Secretarias de Desenvolvimento Regional do governo do estado de Santa Catarina.

Figura 1: Localização geográfica dos municípios no Território

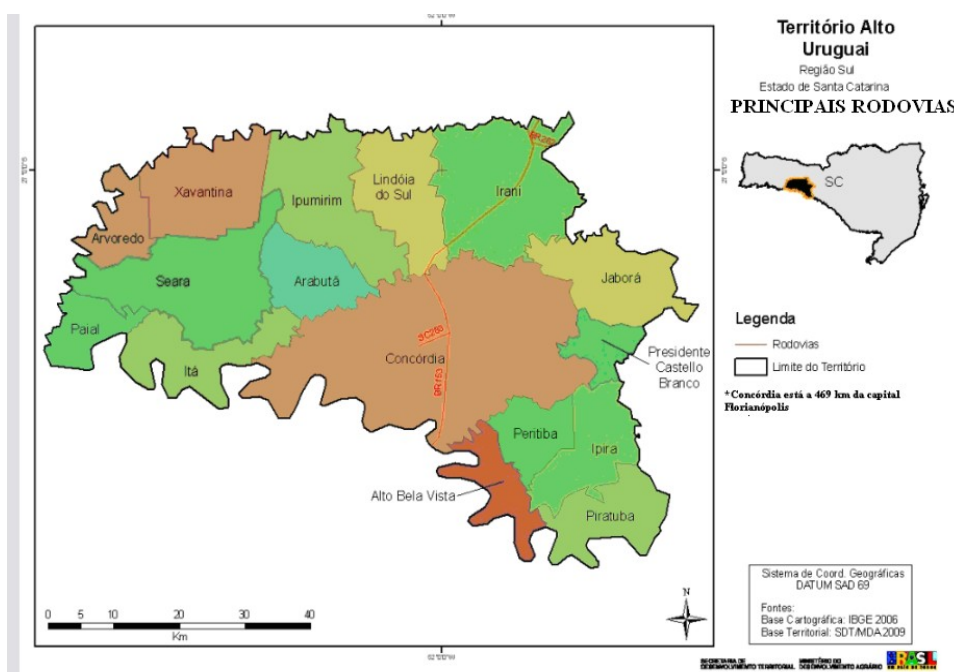


Tabela 1 – Municípios do Território Alto Uruguai Catarinense, população total, urbana e rural e percentual de população urbana e rural

População por Município	2000					Variação %	2007	Variação %	2010	Variação %	Área	D.D.
	Urbana	%	Rural	%	Total	2000-2007	Total	2007-2010	Total	2000-2010	(km2)	2010
Alto Bela Vista	522	24,9	1.576	75,1	2.098	-3,7	2.021	-0,8	2.005	-4,4	104	19,4
Arabutã	971	23,3	3.189	76,7	4.160	-4,8	3.962	5,8	4.190	0,7	132	31,7
Arvoredo	411	17,8	1.894	82,2	2.305	-4,9	2.193	2,7	2.253	-2,3	91	24,8
Concórdia	45.254	71,8	17.804	28,2	63.058	6,6	67.249	1,8	68.469	8,6	797	85,9
Ipira	2.214	44,5	2.765	55,5	4.979	-5,5	4.705	1,0	4.752	-4,6	150	31,6
Ipumirim	2.484	36,0	4.423	64,0	6.907	3,1	7.118	1,4	7.220	4,5	247	29,2
Irani	5.058	58,8	3.544	41,2	8.602	8,3	9.313	2,3	9.525	10,7	322	29,6
Itá	3.422	50,6	3.342	49,4	6.764	-5,1	6.417	-0,4	6.393	-5,5	165	38,6
Jaborá	1.362	32,5	2.832	67,5	4.194	-3,9	4.032	0,2	4.041	-3,6	191	21,1
Lindóia do Sul	1.321	27,1	3.556	72,9	4.877	-6,5	4.560	1,8	4.642	-4,8	195	23,8
Paial	259	12,6	1.793	87,4	2.052	-11,3	1.821	-3,2	1.763	-14,1	86	20,6
Peritiba	1.317	40,8	1.913	59,2	3.230	-8,9	2.944	1,5	2.988	-7,5	96	31,0
Piratuba	2.710	46,6	3.102	53,4	5.812	-21,4	4.570	4,7	4.786	-17,7	146	32,8
Presidente Castello Branco	457	21,2	1.703	78,8	2.160	-18,7	1.757	-1,9	1.723	-20,2	77	22,4
Seara	10.263	62,3	6.221	37,7	16.484	3,9	17.121	-1,6	16.848	2,2	313	53,9
Xavantina	946	21,5	3.458	78,5	4.404	-4,2	4.218	-1,9	4.139	-6,0	215	19,2
Total: Território	78.971	55,6	63.115	44,4	142.086	1,3	144.001	1,2	145.737	2,6	3.327	43,8
Total: Santa Catarina	4.217.931	78,7	1.138.429	21,3	5.356.360	9,5	5.866.252	5,3	6.178.603	15,4	95.346	64,8
Total: Região Sul	20.321.999	80,9	4.785.617	19,1	25.107.616	6,5	26.733.595	1,1	27.022.098	7,6	577.214	46,8
Total: Brasil	137.953.959	81,2	31.845.211	18,8	169.799.170	8,4	183.987.291	0,9	185.712.713	9,4	8.547.404	21,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000, 2010, e Contagem da População 2007

Tanto os dados preliminares do Censo Demográfico de 2010, quanto os da Contagem da População de 2007 não fornecem informações relativas à divisão rural e urbana da população. Em 2000, o percentual da população que vivia nos perímetros considerados urbanos desses municípios pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era da ordem de 55,6%. Já a população rural correspondia a 44,4% do total da população, somando 63.115 pessoas. Esse contingente populacional que vivia fora dos perímetros urbanos era bem superior ao do estado (21,3%) e do Brasil (18,8%), apontando que no Território as comunidades rurais detêm um importante papel no estilo de vida dos agricultores familiares.

1.1.3. Características do Tecido Sociocultural

O Censo Agropecuário de 2006 revela que a presença da agricultura familiar é expressiva no Território. Do total de 12.762 estabelecimentos agropecuários levantados, 11.521 são familiares, representando 90,3% do total. Esse índice encontra-se bem acima do registrado no estado, que é de 87% de estabelecimentos familiares. A incidência de estabelecimentos agropecuários não-familiares no Território é relativamente pequena (10,8%), estando abaixo dos valores registrados no estado (13%) e no Brasil (15,6%), o que pode ser explicado pelo processo histórico de ocupação das terras apresentado anteriormente.

A partir do final da década de 1980, por iniciativa da luta desenvolvida pelo MST, foram implantados assentamentos de famílias de agricultores em diversas regiões do estado de Santa Catarina, que possui, atualmente, 5.859 famílias assentadas. No território existe um assentamento de agricultores sem terra criado no final de 1986. Outras 796 famílias de agricultores foram beneficiadas pelas políticas de crédito fundiário: 355 pelo Banco da Terra e 441 pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Na pesca artesanal, o Território possui 97 pescadores cadastrados, sendo 39 localizados no Município de Concórdia. Em termos de reservas indígenas, três municípios possuem população indígena -Arvoredo, Paial e Seara-, onde se encontram as reservas do Toldo Pinhal I e II, com 893ha e uma população de 120 pessoas. Nessas reservas existem 246 famílias de agricultores que deverão ser reassentados em outras áreas.

1.1.4. Situação da Saúde

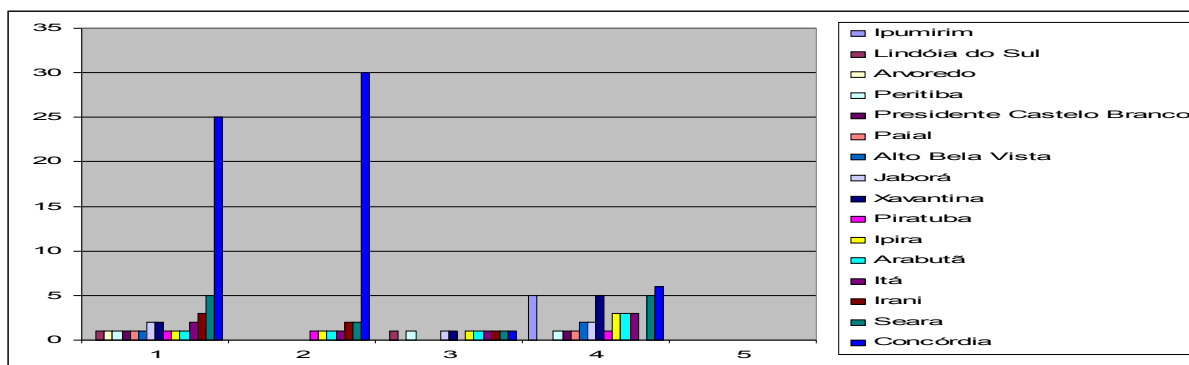
Para que possa aferir a situação da saúde da população de um determinado território, faz-se necessário analisar um conjunto de indicadores. Um deles refere-se ao número de leitos hospitalares relacionado com a população total. De acordo com a OMS os indicadores aceitos apontam os valores de 2,5 a 3 leitos por 1.000 habitantes.

Número de Leitos em Hospitais por 1000 habitantes

Município	Nº de Leitos Total por 1000 hab.
Alto Bela Vista	0
Arabutã	6,97
Arvoredo	0
Concórdia	3,49
Ipira	6,03
Ipumirim	2,03
Irani	6,16
Itá	6,21
Jaborá	6,68
Lindóia do Sul	5,13
Paial	0
Peritiba	10,22
Piratuba	0
Presidente Castelo Branco	0
Seara	2,73
Xavantina	5,45

Fonte: <http://sit.mda.gov.br/avancada.php?menu=avancada> (DATASUS 2008)

Com relação aos estabelecimentos de Saúde no território Alto Uruguai Catarinense os números mais acentuados em Concórdia, com 25 Centros de Saúde, 30 Clínicas Especializadas e 6 Postos de Saúde. Ressalta-se a ausência no território de Pronto Socorros, conforme destacado no quadro abaixo, indicados pelo DATASUS do Ministério da Saúde de 2008.



- 1) N° de Centro de Saúde (DATASUS 2008)
- 2) N° de Clínica Especializada (DATASUS 2008)
- 3) N° de Hospital Geral (DATASUS 2008)
- 4) N° de Posto de Saúde (DATASUS 2008)
- 5) N° de Pronto Socorro (DATASUS 2008)

Município	N° de Centro de Saúde	N° de Clínica Especializada	N° de Hospital Geral	N° de Posto de Saúde	N° de Pronto Socorro
Ipumirim	0	0	0	5	0
Lindóia do Sul	1	0	1	0	0
Arvoredo	1	0	0	0	0
Peritiba	1	0	1	1	0
Presidente Castelo Branco	1	0	0	1	0
Paial	1	0	0	1	0
Alto Bela Vista	1	0	0	2	0
Jaborá	2	0	1	2	0
Xavantina	2	0	1	5	0
Piratuba	1	1	0	1	0
Ipira	1	1	1	3	0
Arabutã	1	1	1	3	0
Itá	2	1	1	3	0
Irani	3	2	1	0	0
Seara	5	2	1	5	0
Concórdia	25	30	1	6	0

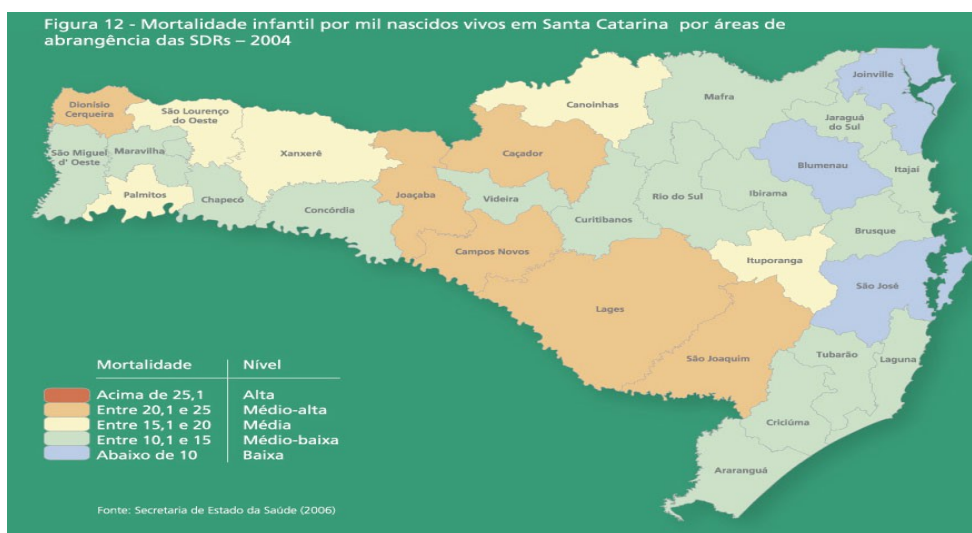
Fonte: DATASUS 2008

No Estado, em 2007, havia 2,5 leitos de internação para cada 1.000 habitantes, índice que cai para 1,9 quando considerado os leitos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde – SUS. Dentre os demais indicadores de saúde estão, como medidas de infra-estrutura, o número de hospitais e leitos. Os 213 hospitais existentes em Santa Catarina oferecem 14.422 leitos, dos quais 39% são alocados para clínica médica e 19% para a pediatria.

A disponibilidade média do Estado é de 2,6 leitos por mil habitantes. É importante reconhecer, nesse sentido, a maior carência de leitos de UTI, especialmente em regiões do Estado menos densamente povoadas. Outro dos principais indicadores de análise da Saúde, e uma das oito metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, é a taxa de mortalidade infantil em menores de um ano.

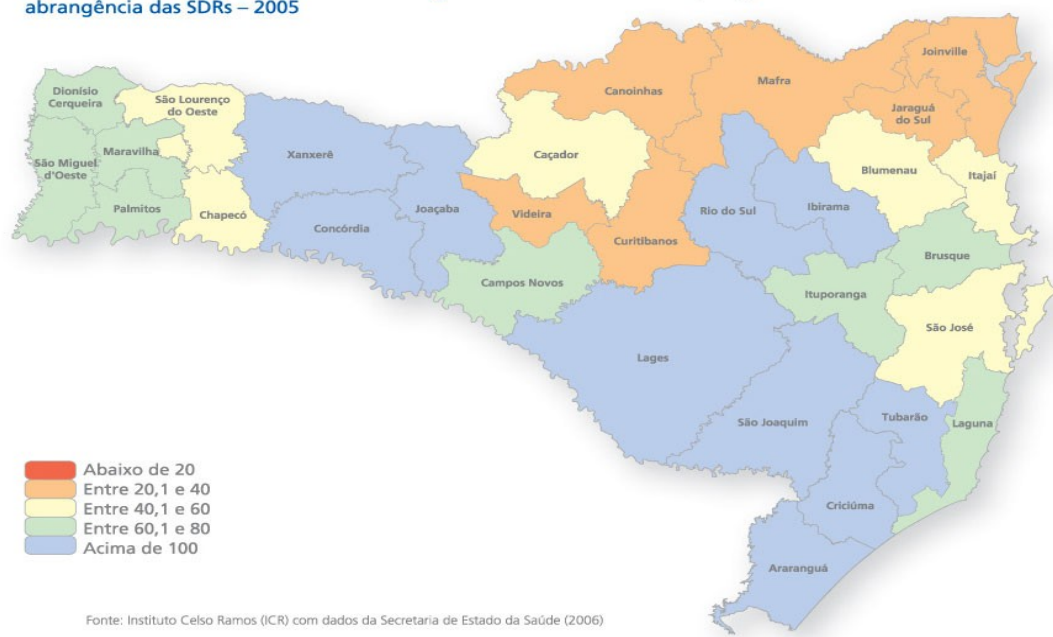
Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e também dificuldade de acesso das famílias

às condições adequadas de assistência à saúde da criança. Em Santa Catarina, essa taxa apresenta uma trajetória de melhoria, com queda ao longo dos últimos sete anos: de 17,5 mortes por mil nascidos em 1997 para 13,1 mortes em 2004. Na região de Concórdia os índices de mortalidade infantil estão entre 10,1 e 15, considerados em nível médio-baixa.



A cobertura do Programa de Saúde da Família (figura 14), importante indicador no processo de promoção da saúde, alcançou uma média de 55,87% para Santa Catarina em 2005. Esse percentual é superior à média nacional (37,02%) e também às médias de Rio Grande do Sul (19,41%) e Paraná (39,82%). As regiões do Estado com índices mais baixos de cobertura são Jaraguá do sul (26,16%), Joinville (26,3%) e Curitibanos (28,79%), enquanto as melhores são Ituporanga (75,25%), Palmitos (75,18%) e São Miguel do Oeste (71,68%).

Figura 14 – Percentual de cobertura do Programa de Saúde da Família (PSF) por áreas de abrangência das SDRs – 2005



Já os municípios que compõem o território o Alto Uruguai Catarinense encontram-se entre os índices de cobertura plenamente satisfatórios, acima de 100%.

1.1.5. Situação da Educação

Os dados a respeito da educação mostram que o maior número de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais está em Concórdia, depois Seara e Irani. Esse número de analfabetos representa no Estado 2,6%. Mas o maior índice de analfabetos do território em termos proporcionais está em Arvoredo com quase 31%, seguido por Irani com quase 23% e depois Presidente Castelo Branco com 22,6%. Esse índice no território é menor que o índice estadual.

Municípios da Microrregião Concórdia (Santa Catarina)			
Município	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos analfabetas, 2000	Percentual de pessoas de 18 a 24 anos analfabetas, 2000	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas, 2000
Alto Bela Vista (SC)	1,15	0,85	5,73
Arabutã (SC)	0,59	0,66	5,4
Arvoredo (SC)	2,47	4,56	20,43
Concórdia (SC)	1,26	1,07	7,38
Ipira (SC)	1,19	1,11	7,52
Ipumirim (SC)	1,43	1,49	8,49
Irani (SC)	0,83	1,31	10,82

Itá (SC)	1,26	1,63	8,73
Lindóia do Sul (SC)	1,47	1,02	9,38
Paial (SC)	1,18	2,08	11,14
Peritiba (SC)	1,66	1,7	5,4
Piratuba (SC)	1,22	1,09	6,54
Presidente Castelo Branco (SC)	0,54	1,9	7,55
Seara (SC)	0,12	0,3	7,55
Xavantina (SC)	1,17	1,32	9,66

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A população de 7 a 14 anos com matrícula escolar é maior em Concórdia, seguido por Seara e Irani e o território representa para o Estado 2,5%. Chama a atenção quatro municípios que possuem mais matrículas que o número de pessoas nessa faixa etária. O índice de matrícula do território é praticamente igual ao índice estadual.

DADOS EDUCAÇÃO - REGIÃO ALTO URUGUAI CATARINENSE						
Municípios da Microrregião Concórdia (Santa Catarina)						
Código	Município	Percentual de crianças de 7 a 14 anos com acesso ao curso fundamental, 2000	Percentual de pessoas de 18 a 22 anos com acesso ao curso superior, 2000	Percentual de pessoas que freqüentam curso superior em relação à população de 18 a 22 anos, 2000	Percentual de pessoas que freqüentam o ensino médio em relação à população de 15 a 17 anos, 2000	Percentual de pessoas que freqüentam o fundamental em relação à população de 7 a 14 anos, 2000
420075	Alto Bela Vista (SC)	96,16	2,72	15,96	69,77	120,4
420127	Arabutã (SC)	96,15	3,48	13,79	75,66	123,05
420165	Arvoredo (SC)	95,48	0,8	11,43	69,37	120,71
420430	Concórdia (SC)	97,28	14,9	27,96	97,81	130,85
420760	Ipira (SC)	97,55	3,69	16,28	78,9	130,21
420770	Ipumirim (SC)	97,22	4,28	16,08	62,42	124,57
420780	Irani (SC)	95,62	6,39	19,19	73,29	129,19
420800	Itá (SC)	94,76	3,82	16,08	73,19	121,18
420985	Lindóia do Sul (SC)	96,96	6,13	16,99	93,24	120,05
421187	Paial (SC)	94,08	0,41	8,19	52,44	120,6
421260	Peritiba (SC)	97,45	7,28	22,87	79,38	127,37
421310	Piratuba (SC)	97,85	3,64	16,8	68,3	134,07
421390	Presidente Castelo Branco (SC)	96,58	5,83	20,57	67,05	124,07
421750	Seara (SC)	95,07	10,16	24,39	93,72	125,87
421960	Xavantina (SC)	96,44	3,12	13,55	73,07	121

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

O índice educacional mostra que o melhor está em Peritiba, seguido por Concórdia e depois Seara. Nesse caso, o índice na região (0,893) também é menor que em SC (0,906). Em relação à renda o maior índice está localizado no município de Lindóia do Sul seguido por Concórdia e Itá. O índice regional (0,707) também é menor que o índice estadual (0,750) e somente os três melhores municípios estão com o índice acima do índice estadual.

Municípios da Microrregião Concórdia (Santa Catarina)				
Código	Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação, 2000	Taxa bruta de frequência à escola, 2000	Taxa de alfabetização, 2000
420075	Alto Bela Vista (SC)	0,908	82,4	95,04
420127	Arabutã (SC)	0,899	80,44	94,65
420165	Arvoredo (SC)	0,821	80,99	82,66
420430	Concórdia (SC)	0,927	90,09	94,08
420760	Ipira (SC)	0,908	86,3	93,12
420770	Ipumirim (SC)	0,885	82,73	91,42
420780	Irani (SC)	0,894	87,56	90,35
420800	Itá (SC)	0,884	80,63	92,26
420985	Lindóia do Sul (SC)	0,896	85,41	91,74
421187	Paial (SC)	0,862	80,7	89
421260	Peritiba (SC)	0,935	89,83	95,3
421310	Piratuba (SC)	0,909	82,67	95,03
421390	Presidente Castelo Branco	0,905	84,42	93,47
421750	Seara (SC)	0,912	88,25	92,64
421960	Xavantina (SC)	0,872	80,3	90,68
421961	Jaborá(SC)	0,813	80,7	95,74

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

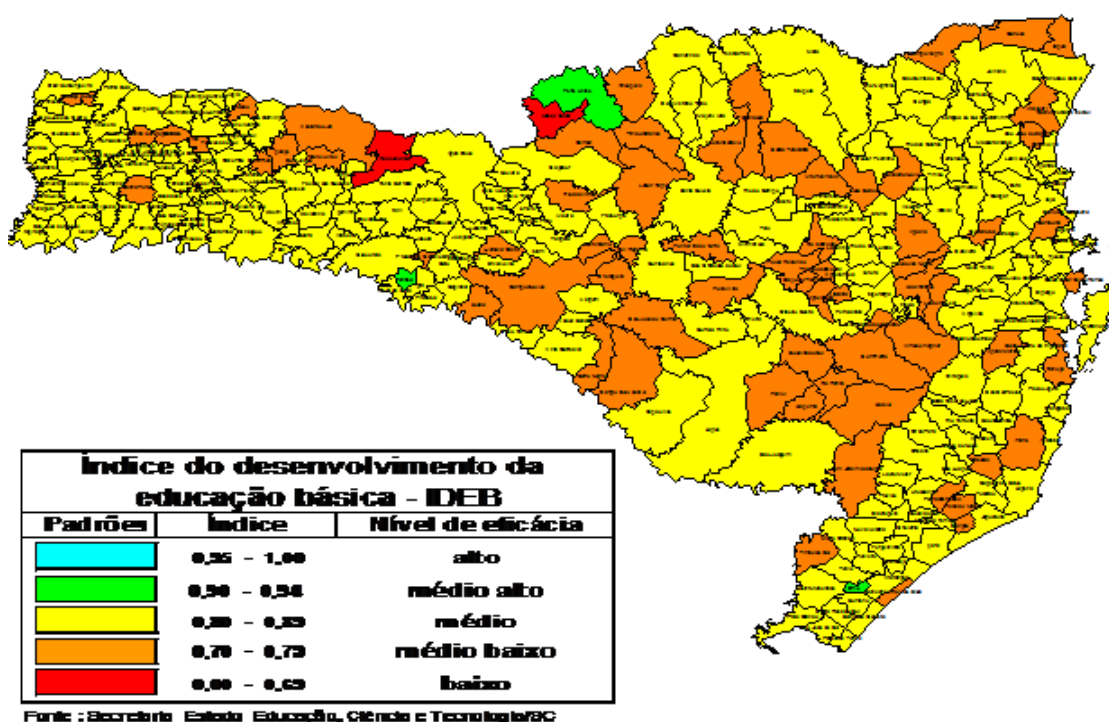
Em 1991, o(a) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação do Brasil era 0,745. Dentre os municípios da microrregião Concórdia, o município com o melhor valor era Peritiba (SC), com um valor de 0,837, e o município com o pior valor era Arvoredo (SC), com um valor de 0,713. Dos 15 municípios da microrregião, 0 (0,0%) tinham um valor entre 0,200 e 0,350; 0 (0,0%) tinham um valor entre 0,350 e 0,500; 0 (0,0%) tinham um valor entre 0,500 e 0,650; 7 (46,7%) tinham um valor entre 0,650 e 0,800; e 8 (53,3%) tinham um valor entre 0,800 e 1,000.

Em termos de população, 0 (0,0%) pessoas viviam em municípios com um(a) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação entre 0,200 e 0,350; 0 (0,0%) entre 0,350 e 0,500; 0 (0,0%) entre 0,500 e 0,650; 44.396 (34,2%) entre 0,650 e 0,800; e 85.558 (65,8%) entre 0,800 e 1,000. Em 2000, o(a) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação do Brasil era 0,849. Dentre os municípios da microrregião Concórdia, o município com o melhor valor era Peritiba (SC), com um valor de 0,935, e o município com o pior valor era Arvoredo (SC), com um valor de 0,821.

Dos 15 municípios da microrregião, 0 (0,0%) tinham um valor entre 0,200 e 0,350; 0 (0,0%) tinham um valor entre 0,350 e 0,500; 0 (0,0%) tinham um valor

entre 0,500 e 0,650; 0 (0,0%) tinham um valor entre 0,650 e 0,800; e 15 (100,0%) tinham um valor entre 0,800 e 1,000. Em termos de população, 0 (0,0%) pessoas viviam em municípios com um(a) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação entre 0,200 e 0,350; 0 (0,0%) entre 0,350 e 0,500; 0 (0,0%) entre 0,500 e 0,650; 0 (0,0%) entre 0,650 e 0,800; e 137.892 (100,0%) entre 0,800 e 1,000. Na sequência, o mapa identifica o índice do desenvolvimento da educação básica no Estado, onde podemos destacar o posicionamento no ranking estadual da região de Concórdia, considerado alto.

2. Índice do Desenvolvimento da Educação Básica no Estado de Santa Catarina IDEB - 2004



Em termos do número de matrículas no Ensino Fundamental, o Território apresenta um total de 17.184 matrículas na área rural e 3.420 na urbana, com números de estabelecimentos com abrangência municipal de 8.547 para as matrículas em área rural e 8.095 de abrangência estadual. Estes números apontam que a cobertura do ensino fundamental encontram-se equivalentes em termos de abrangência municipal e estadual para a área rural do território.

Número de Matrículas no Ensino Fundamental em 2006 - Abrangência Municipal

Território 9 - Alto Uruguai - SC										
Município	Total		Dependência Administrativa							
			Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Alto Bela Vista	193	77	0	0	123	0	70	77	0	0
Arabutã	560	0	0	0	291	0	269	0	0	0
Arvoredo	265	106	0	0	265	0	0	106	0	0
Concórdia	7.553	1.595	0	0	2.725	519	4.370	1.076	458	0
Ipira	470	138	0	0	151	0	319	138	0	0
Ipumirim	832	267	0	0	515	146	317	121	0	0
Irani	1.698	0	0	0	654	0	1.044	0	0	0
Itá	664	273	0	0	204	105	460	168	0	0
Jaborá	633	0	0	0	148	0	485	0	0	0
Lindóia do Sul	508	121	0	0	388	0	120	121	0	0
Paial	227	74	0	0	227	0	0	74	0	0
Peritiba	440	0	0	0	255	0	185	0	0	0
Piratuba	677	79	0	0	194	0	483	79	0	0
Presidente Castelo Branco	242	49	0	0	173	0	69	49	0	0
Seara	1.840	528	0	0	1.400	62	356	466	84	0
Xavantina	382	113	0	0	382	0	0	113	0	0
Total Território	17.184	3.420	0	0	8.095	832	8.547	2.588	542	0
Fonte: IBGE - Número de Matrículas no Ensino Fundamental (2006).										

Outros índices demonstram o número de Escolas de Ensino Fundamental de Nível Técnico com um total de 3 Escolas em área rural e 1 em área urbana, sendo que a dependência administrativa destas escolas estão no âmbito Federal.

IBGE - Número de Escolas com Ensino Fundamental (2006) Nível Técnico				
Território 9 - Alto Uruguai - SC				
Município	Total		Dependência Administrativa	
			Federal	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana
Alto Bela Vista	0	0	0	0
Arabutã	0	0	0	0
Arvoredo	0	0	0	0
Concórdia	3	1	2	1
Ipira	0	0	0	0
Ipumirim	0	0	0	0
Irani	0	0	0	0
Itá	0	0	0	0
Jaborá	0	0	0	0
Lindóia do Sul	0	0	0	0
Paial	0	0	0	0
Peritiba	0	0	0	0
Piratuba	0	0	0	0
Presidente Castelo Branco	0	0	0	0
Seara	0	0	0	0
Xavantina	0	0	0	0
Total Território	3	1	2	1

1.2 Dimensão Ambiental

1.1.1 Características geoambientais

De acordo com a classificação de Koeepen, o tipo climático do território do Alto Uruguai é Cfa (Subtropical, mesotérmico úmido, com verão quente). A temperatura média anual varia entre 18 e 19° C, enquanto que a precipitação média anual permanece entre os 1.700 a 1.900 mm/ano. A umidade relativa do ar oscila entre os 76% e 78%.

Devido a construção de uma empresa hidrelétrica no Rio Uruguai, o território apresenta microclimas que podem ser explorados para produção de horti-frutigranjeiros suscetíveis a geadas, o que consiste em uma potencialidade para o território e seus agricultores.

Quanto ao solo, o Alto Uruguai está situado em áreas de relevo predominantemente acidentado, ainda que hajam áreas de relevo ondulado e suavemente ondulado. Dos 331.140 ha. do território, 100.920 ha. consistem de

áreas onduladas e suavemente onduladas, sendo que 4.580 ha. são latossolos, 66.790 ha. são Cambissolos e 29.500 ha. são argissolos (Terras Brunas Estruturadas, Terras Brunas Roxa e Terras Roxas).

As áreas de alta declividade são predominantes. Os tipos de solos presentes nestas encostas são os cambissolos, com 155.845 ha. e os argissolos, com 68.965 ha, o que totaliza 224.810 ha. em terras muito inclinadas. Estas terras, principalmente os argissolos, possuem boa fertilidade, no entanto o uso intensivo e erosão hídrica, tem levado a degradação da camada fértil dos solos. Uma das opções que vem sendo apontada para estes agricultores é o reflorestamento, havendo inclusive, uma ação desencadeada pelo governo do estado para estimular esta atividade (Projeto Florestal Catarinense) (CARDOSO, 2004).

1.1.2 Processos Territoriais de Gestão Ambiental

A vegetação caracteriza-se por duas formações vegetais: a floresta subtropical com araucárias e a floresta subtropical, regionalmente conhecida por floresta da bacia do Uruguai com presença de grápia, guajuvira, angico, cedro, louro e canela. A floresta de araucária, no território, pode ser substituída em função das espécies que compõe a submata: uma predominância de imbuía-socopema, erva-mate e taquara e outra que se constitui de angico, grápia, guajuvira e canela.

O extrativismo de madeira de alto valor econômico, bem como a exploração da erva-mate, foram inicialmente responsáveis pela degradação de grande parte da cobertura vegetal. Posteriormente a implantação de lavouras diversas, tais como a do milho, trigo e feijão, contribuíram significativamente para a devastação total da vegetação primitiva. Em relação à vegetação, atualmente a região encontra-se intensamente desmatada e apenas regiões restritas conservam a vegetação original.

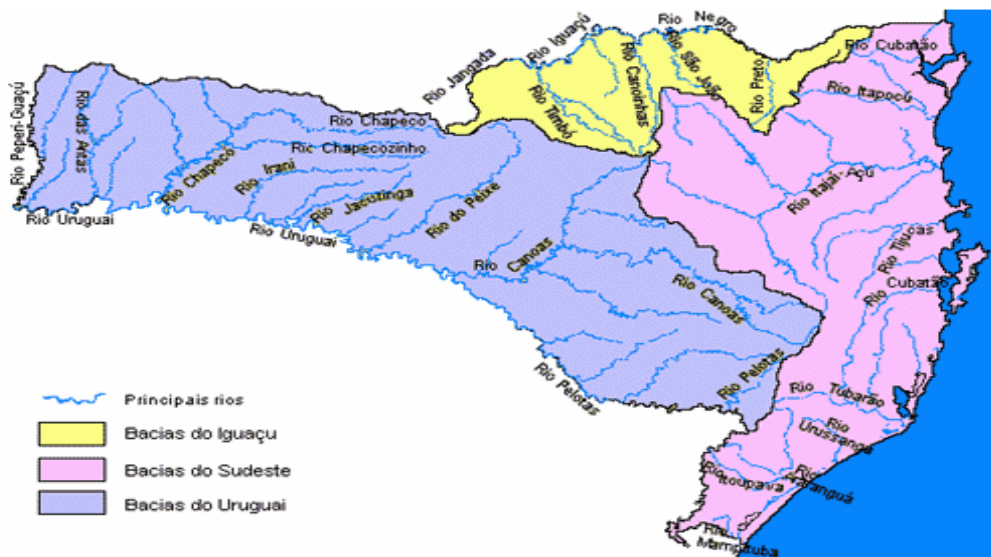
O território está localizado na Bacia do Rio do Peixe e na Região Hidrográfica do Uruguai o qual tem grande importância para o País em função das atividades agroindustriais desenvolvidas e pelo seu potencial hidrelétrico. O rio Uruguai possui 2.200 quilômetros de extensão e se origina da confluência dos rios Pelotas

e Canoas. Nesse trecho, o rio assume a direção Leste-Oeste, dividindo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A bacia hidrográfica possui, em território brasileiro, 174.612km² de área, o equivalente a 2,0% do território nacional. Em função das suas características hidrológicas e dos principais rios formadores, a área foi dividida em 13 unidades hidrográficas, sendo que 4 ficam no estado de Santa Catarina e 9 no estado do Rio Grande do Sul. Cerca de 3,8 milhões de pessoas vivem na parte brasileira da região hidrográfica do Uruguai, com maior concentração nas unidades hidrográficas de Chapecó, Canoas, Ibicuí e Turvo.

A Bacia Hidrográfica do Uruguai, ocupando uma área de 178.235 km² está representada pelo Rio Uruguai, seus formadores e afluentes até a confluência com o Rio Quaraí, na fronteira do Brasil com o Uruguai. O Rio Uruguai, bem como seus afluentes, a montante de Porto Lucena (RS), está muito encaixado, apresentando-se sinuoso e com curvas meandranes.

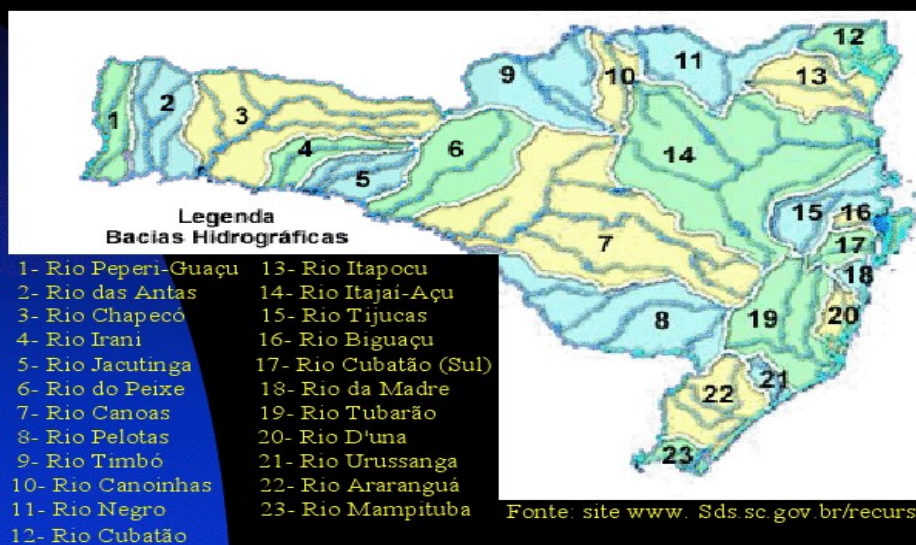
Apresenta, também, dois estreitamentos no leito, um a jusante de Marcelino Ramos (RS), onde o rio apresenta um leito rochoso, bastante largo que só é todo ocupado em épocas de cheia e outro, que ocorre na reserva do Parque Estadual do Turvo, em Tenente Portela (RS), onde o rio concentra suas águas em um lado do leito, cuja margem esquerda é rebaixada.



Fonte:
 - Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina - Diagnóstico Geral
 - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM
 - Secretaria de Recursos Hídricos - S.R.H. / M.M.A.

Nesse trecho, o Rio Uruguai recebe, entre outros, pela margem direita, os Rios do Peixe, Irani, Chapecó, das Antas e Peperi-Guaçu e, pela margem esquerda, os Rios Forquilha, Ligeiro, Passo Fundo, da Várzea, Guarita e Turvo.

Fig.1 - Mapa das Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina



Fonte: site www.Sds.sc.gov.br/recursos p.1

Formada pela Bacia do Rios do Peixe e Jacutinga a região hidrográfica Vale do Rio do Peixe possui uma área de 8.189 Km sendo constituída por 35 municípios, entre os quais se destacam: Concórdia, Joaçaba, Caçador e Videira. As Bacias do Rio Uruguai e a região hidrográfica do Vale do Rio do Peixe apresentam no Estado de Santa Catarina grande potencial hidrelétrico. A Hidrelétrica de Ita já instalada vem apresentando resultados que repercutem no desenvolvimento do território e do Estado.

Tab.1 – Regiões Hidrográficas de SC

<ul style="list-style-type: none"> - RH1 – EXTREMO OESTE - Bacia do Ri Peperi-Guaçu - Bacia do Rio das Antas - RH3 – VALE RIO DO PEIXE - Bacia do Rio do Peixe - Bacia do Rio Jacutinga - RH5 – PLANALTO CANOINHAS - Bacia do Rio Iguaçu - Bacia do Rio Negro - Bacia do Rio Canoinhas - RH7 – VALE DO ITAJAÍ - Bacia do Rio Itajaí - - - - - RH9 – SUL CATARINENSE - Bacia do Rio Tubarão - Bacia do Rio d'Una - 	<ul style="list-style-type: none"> - RH2 – MEIO OESTE - Bacia do Rio Chapecó - Bacia do Rio Irani - RH4 – PLANALTO LAGES - Bacia do Rio Canoas - Bacia do Rio Pelotas - RH6 – BAIXADA NORTE - Bacia do Rio Cubatão(N) - Bacia do Rio Itapocu - - RH8 – LITORAL CENTRO - Bacia do Rio Tijucas - Bacia do Rio Biguaçu - Bacia do Rio Cubatão(S) - Bacia do Rio da Madre - RH10- EXTREMO SUL CAT. - Bacia do Rio Araranguá - Bacia do Rio Urussanga - Bacia do Rio Mampituba
--	---

Com a intensificação da produção de suínos na Região oeste catarinesne, o volume e a concentração de dejetos aumentou de forma linear, contribuindo para a degradação dos recursos hídricos e do solo, gerando focos de proliferação de insetos e representando riscos para a saúde do homem e dos animais. Estima-se que só a Região Oeste produz cerca de 30 mil metros cúbicos de dejetos por dia. Como parte expressiva dos produtores não possuem estruturas de armazenagem ou tratamentos adequadas, muitas vezes os dejetos são lançados na rede de drenagem causando sérios problemas de poluição das águas.

Os órgãos de proteção ambiental enquadram a suinocultura como de “Grande Potencial Poluidor” e a sociedade exige soluções imediatas para a questão ambiental. A região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC) possui a maior concentração na produção de suínos no Estado de Santa Catarina. Apresentando somente 5% da área agrícola estadual e detendo 22% do total do Estado. Tal situação faz com que ocorra uma grande

produção de dejetos que não conseguem ser adequadamente aproveitados, ocasionando sérios problemas de poluição dos recursos naturais.

A característica de pequena propriedade, relevo acidentado, escassez de áreas agrícolas mecanizadas e a baixa capacidade de investimento do produtor, são agravantes para a implantação de sistemas mais exigentes de utilização dos dejetos suínos, ainda que os produtores, aloquem recursos com elevada eficiência na produção de suínos, confirmada pela liderança no setor. A resolução nº 20 da legislação Ambiental Estadual, supervisionada pela FATMA, proibindo o lançamento de efluentes que alterem as características físicoquímica dos receptores d'água, aumentou a responsabilidade dos produtores, que na impossibilidade de atendimento dessas exigências, baixa remuneração do setor e desconhecimento de técnicas racionais, vem abandonando a atividade e aumentando os bolsões de pobreza na periferia das cidades.

O poder público procurou trazer soluções emergenciais para os criadores, a exemplo do programa que estimulou a criação de esterqueiras e bioesterqueiras para armazenamento dos dejetos suínos e valorização agrônômica do resíduo. Embora, muitos produtores tenham aderido ao programa, a ótica continua sendo a do armazenamento e distribuição não atendendo as exigências atuais de reversão do nível crítico de degradação ambiental que a região apresenta.

1.3 Dimensão socioeconômica

O maior PIB total do território está em Concórdia, seguido por Seara e Ipumirim. O PIB do território representa 4,6% em SC. Já o PIB per capita no território está concentrado em primeiro lugar no município de Presidente Castelo Branco, seguido por Seara e Itá. O PIB agrícola em valores mostra que Concórdia detém o maior volume, seguido por Seara e depois Itá. No total o PIB agrícola do território representa 12% de SC. A maior proporção do PIB agrícola está em Presidente Castelo Branco com 85,5% do total, o segundo maior do território está em Xavantina com 80,5% e o terceiro Arabutã com 78,5% do PIB industrial. Em relação ao PIB industrial, o maior volume de recursos está em Concórdia, seguido por Seara e depois Piratuba. O território representa 4,5% no Estado. Já a proporção para esse PIB mostra que embora os municípios sejam os mesmos, há

mudanças nas posições que mostram agora, Seara em primeiro, Piratuba em segundo e Concórdia em terceiro.

Para o PIB na área de serviços, em valores nominais, Concórdia é o primeiro, Seara o segundo e Itá o terceiro. O território detém 2,6% em SC. Em proporção o maior PIB esta em Ipira, seguida por Peritiba e depois Paial. O maior valor da produção agrícola está em Concórdia, depois Seara e Lindóia do Sul. Esse valor representa pouco mais de 1% em SC.

Município	PIB (%)				
	Per capita	Agropecuário	Industrial	Serviços	Preços Correntes
Alto Bela Vista	12.184	0	0	0	9.647
Arabutã	8.411	1	0	0	2.530.427
Arvoredo	10.059	1	0	0	89.944
Concórdia	19.530	0	0	0	727.696
Ipira	5.940	0	0	0	20.774
Ipumirim	17.102	0	0	0	46.215
Irani	7.499	0	0	1	7.572
Itá	14.837	0	0	0	245.076
Jaborá	12.339	0	0	0	84.305
Lindóia do Sul	10.885	0	0	0	8.141
Paial	7.942	1	0	0	27.006
Peritiba	10.350	0	0	0	132.596
Piratuba	12.818	0	1	0	14.412
Presidente Castelo Branco	7.680	0	0	0	30.396
Seara	27.158	0	1	0	28.441
Xavantina	15.992	1	0	0	60.395

Fonte: <http://sit.mda.gov.br/avancada.php?menu=avancada>

Em 1991, o(a) Percentual da renda proveniente de transferências governamentais do Brasil era 10,34. Dentre os municípios da microrregião Concórdia, o município com o melhor valor era Xavantina (SC), com um valor de 3,42, e o município com o pior valor era Piratuba (SC), com um valor de 9,61. Dos 15 municípios da microrregião, 15 (100,0%) tinham um valor entre 10,80 e 10,58; 0 (0,0%) tinham um valor entre 10,58 e 10,35; 0 (0,0%) tinham um valor entre 10,35 e 10,13; 0 (0,0%) tinham um valor entre 10,13 e 9,90; e 0 (0,0%) tinham um valor entre 9,90 e 9,68.

RENDA PER CAPITA: Municípios da Microrregião Concórdia (Santa Catarina)

Município	Renda per Capita, 2000	Percentual da renda proveniente de transferências governamentais, 2000	Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 2000	Percentual de pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências governamentais, 2000
Alto Bela Vista (SC)	234,33	17,97	74,07	14,52
Arabutã (SC)	312,91	13,27	76,54	9,75
Arvoredo (SC)	179,68	14,95	73,61	12,14
Concórdia (SC)	380,5	13,51	75,05	10,26
Ipira (SC)	257,38	15,85	73,09	12,94
Ipumirim (SC)	265,1	13,41	77,89	11,11
Irani (SC)	267,1	13,41	76,01	9,76
Itá (SC)	323,13	13,94	72,45	10,4
Lindóia do Sul (SC)	386,63	14,63	78,17	11,19
Paial (SC)	201,17	14,87	73,48	12,16
Peritiba (SC)	252,45	15,49	76,47	11,94
Piratuba (SC)	285,24	13,69	74,98	11,47
Presidente Castelo Branco	321,3	11,93	80,34	7,34
Seara (SC)	307,41	10,93	81,15	7,15
Xavantina (SC)	191,3	13,61	79,52	9,04
Jaborá(SC)	192,1	13,22	75,12	9,15

Em termos de população, 129.954 (100,0%) pessoas viviam em municípios com um(a) Percentual da renda proveniente de transferências governamentais entre 10,80 e 10,58; 0 (0,0%) entre 10,58 e 10,35; 0 (0,0%) entre 10,35 e 10,13; 0 (0,0%) entre 10,13 e 9,90; e 0 (0,0%) entre 9,90 e 9,68. Em 2000, o(a) Percentual da renda proveniente de transferências governamentais do Brasil era 14,66. Dentre os municípios da microrregião Concórdia, o município com o melhor valor era Seara (SC), com um valor de 10,93, e o município com o pior valor era Alto Bela Vista (SC), com um valor de 17,97.

Dos 15 municípios da microrregião, 0 (0,0%) tinham um valor entre 10,80 e 10,58; 0 (0,0%) tinham um valor entre 10,58 e 10,35; 0 (0,0%) tinham um valor entre 10,35 e 10,13; 0 (0,0%) tinham um valor entre 10,13 e 9,90; e 15 (100,0%) tinham um valor entre 9,90 e 9,68. Em termos de população, 0 (0,0%) pessoas viviam em municípios com um(a) Percentual da renda proveniente de transferências governamentais entre 10,80 e 10,58; 0 (0,0%) entre 10,58 e 10,35; 0 (0,0%) entre 10,35 e 10,13; 0 (0,0%) entre 10,13 e 9,90; e 137.892 (100,0%) entre

9,90 e 9,68.

Quando são considerados somente os municípios em situação de pobreza, em números absolutos, Concórdia também possui o maior número de domicílios nessa situação, seguido por Seara e Irani, e o território como um todo representa quase 3% em SC. Mas ao analisarmos as proporções percebe-se que Arvoredo é o município com a maior proporção de domicílios pobres, seguido por Paial e Xavantina. Os domicílios nas áreas rurais mostram também que Arvoredo possui 39,5% de domicílios pobres na área rural, Paial 28,7% e Xavantina com pouco mais de 26%. Os dados de domicílios pobres localizados nas áreas rurais do território mostram que eles representam 4,5% do total em SC.

Quando os dados dizem respeito aos responsáveis pelos domicílios com menos de quatro anos de estudo a maior proporção está em Arvoredo com 45,1% das pessoas responsáveis nessa situação, seguido por Paial com índice de quase 32% e Irani com 28%.

1.1.3 Análise dos Setores Industrial e de Comércio e Serviços

Segundo o PNUD 2004 ,existem postos de trabalho nas cidades. Estão destacados, nos quadros a seguir, os números de estabelecimentos industriais e de empregos que são ofertados no Estado e no Território Alto Uruguai.

**Quadro 2 – Número de Indústrias e de Empregos no Estado e no Território Alto Uruguai
– 2001**

<i>Localidade</i>	<i>Nº de Estabelecimentos</i>	<i>Nº de Empregos</i>	<i>Participação</i>	
			<i>Região/Estado de SC % Estab.</i>	<i>Emprego</i>
Santa Catarina	21.932	409.157	1,7	2,3
Território Alto Uruguai	377	9.571		

Quadro 3 – Número de Estabelecimentos e de Empregos segundo a Categoria - 2001

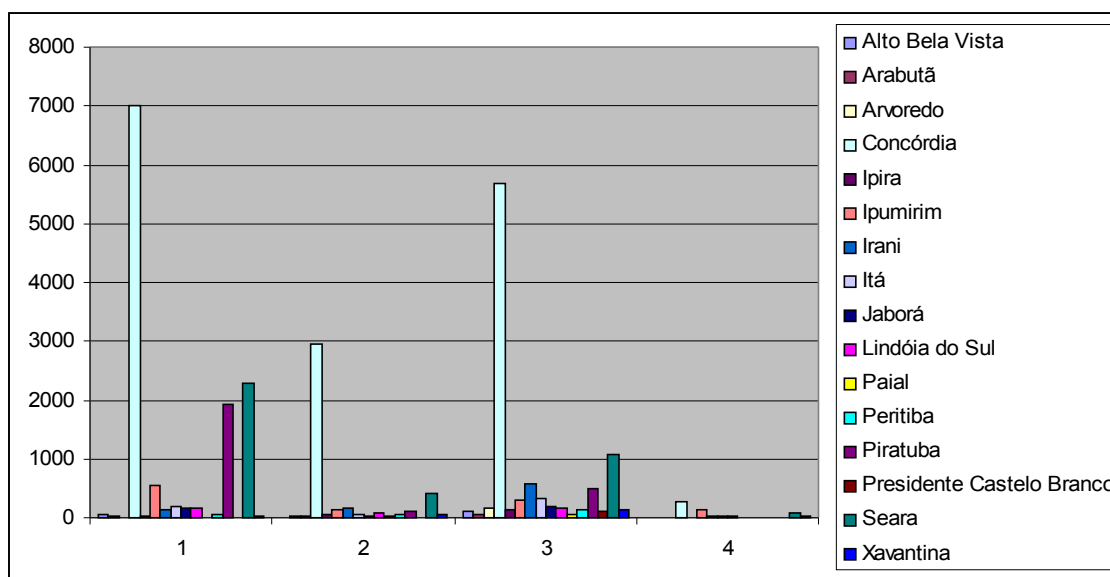
<i>Categorias</i>	<i>Nº de Estabelecimentos</i>		<i>Nº de Empregos</i>	
	<i>Estado</i>	<i>Território</i>	<i>Estado</i>	<i>Território</i>
		<i>Alto Uruguai</i>		<i>Alto Uruguai</i>
Indústria	20.687	357	388.120	9.203
Const. Civil	4.708	142	37.519	3.375
Comércio	42.048	991	181.722	3.690
Serviços	40.308	1.214	440.703	8.083
Total	107.751	2.704	1.048.064	24.351

Existe forte concentração industrial na região, visto que, das 357 indústrias, 176 estão instaladas no município de Concórdia, o que representa 49,30% do total. O mesmo ocorre com as demais categorias, bem como em relação ao número de emprego.

Empregos Gerados por Setor da Economia

Território 9 - Alto Uruguai - SC				
Município	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuária
Alto Bela Vista	50	8	100	4
Arabutã	38	31	42	6
Arvoredo	2	14	162	2
Concórdia	6.995	2.956	5.674	267
Ipira	22	59	127	6
Ipumirim	543	138	313	142
Irani	137	162	589	30
Itá	197	68	326	22

Jaborá	152	35	181	37
Lindóia do Sul	157	76	179	9
Paial	4	14	60	0
Peritiba	68	55	141	1
Piratuba	1.921	100	485	1
Presidente Castelo Branco	0	10	100	4
Seara	2.302	426	1.077	82
Xavantina	24	47	141	26
Total Território	12.612	4.199	9.697	639
Fonte: SNIU. Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (2002)				



- 1) **Indústria**
- 2) **Comércio**
- 3) **Serviços**
- 4) **Agropecuária**

Pelos percentuais comparativos entre o município e a Região de Concórdia, quanto ao número de estabelecimentos e de empregos, torna-se evidente a importância do município na economia regional. Mais da metade de todos os postos de trabalho e dos empregos estão no município de Concórdia. A concentração das atividades econômicas na região fica mais acentuada quando se constata que, também o município de Seara polariza quantidade expressiva de estabelecimentos industriais e de empregos.

A tabela abaixo evidencia o crescimento das empresas ativas do setor de comércio no período de 2004, bem como os demais setores. Mantendo-se um

quadro crescente também para o ano de 2005. Nas empresas extintas esse aumento não teve muita expressão.

Tabela 01 - Movimento Econômico das Empresas, classificadas pelo Setor Empresarial

Setor	Ativas			Extintas		
	2003	2004	2005*	2003	2004	2005*
Comércio	42,47 %	56,00 %	21,32 %	8,49 %	11,34 %	6,60 %
Indústria	39,26 %	56,20 %	32,10 %	15,43 %	19,20 %	10,14 %
Serviços	12,12 %	14,54 %	8,30 %	13,85 %	15,60 %	8,20 %

* Período de Janeiro a Junho de 2005

Fonte: Pesquisa de campo (2005/2006)

Também é demonstrado que no setor industrial as empresas que foram extintas mesmo apresentando aumento no faturamento tiveram suas portas fechadas, algumas por mudanças estratégicas na razão social quando societário e outras por possuírem altos custos de produção e comercialização, impedindo a continuação das atividades.

Por outro lado, o setor do comércio apresenta baixos índices de crescimento, evidenciando as dificuldades atravessadas pelo setor, talvez devido à alta competitividade, com grande diversidade de produtos a serem ofertados ao mercado consumidor altos custos fixos e carga tributária e, principalmente, o baixo poder aquisitivo do mercado consumidor. Forma-se, a partir dessa polarização, dois centros econômicos na região, pelo qual se movimenta boa parte do comércio e das finanças, conforme indicam os dados relacionados a seguir.

Os municípios da região da AMAUC demonstraram investimentos realizados em praticamente todos os setores econômicos. No período de 1999 a 2001 houve a abertura de novas empresas no setor do comércio, indústria e prestadoras de serviços, gerando um crescimento expressivo na arrecadação. Contribuíram para este resultado, a implementação física e tecnológica de algumas empresas já existentes. Por outro lado, verificou-se também que neste período muitas empresas foram fechadas ou mudaram de localização, tendo como consequência o aumento do número de desempregados na região.

Quadro 5 - Número de Empregados por municípios

da região da Concórdia –1999 – 2001

Municípios do Território Alto Uruguai	Anos e Percentuais				
	1999	2000	% 99/00	2001	% 00/01
Alto Bela Vista	87	135	55,17%	171	26,67%
Arabuta	434	571	31,57%	520	-8,93%
Arvoredo	91	99	8,79%	26	-73,74%
Concórdia	18.069	19.216	6,35%	21.920	14,07%
Ipira	253	277	9,49%	314	13,36%
Ipumirim	1.078	1.207	11,97%	1.391	15,24%
Irani	1.555	1.584	1,86%	1.513	-4,48%
Itá	1.834	945	-48,47%	891	-5,71%
Jabora	417	510	22,30%	535	4,90%
Lindóia do Sul	455	474	4,18%	531	12,03%
Paial	71	76	7,04%	30	-60,53%
Peritiba	268	277	3,36%	209	-24,55%
Piratuba	965	5.493	469,22%	6.379	16,13%
Presidente Castelo Branco	167	156	-6,59%	172	10,26%
Seara	5.712	4.251	-25,58%	4.927	15,90%
Xavantina	235	253	7,66%	349	37,94%
Total	31.691	35.524	12,09%	39.878	12,26%

Fonte: RAIS 1999, 2000 e 2001.

Quando se analisa o comportamento dos dados sobre número de empregados por município, entre 1999 e 2001, verifica-se que Concórdia e Seara apresentam evolução crescente em relação ao número de pessoas empregadas, conforme enuncia o Quadro 5 seguidos por Itá, Irani, Ipumirim e Piratuba. Merece destaque a evolução do número de empregados em Piratuba em especial entre 2000 e 2001. Em 2000, o(a) Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho do Brasil era 69,77. Dentre os municípios da microrregião Concórdia, o município com o melhor valor era Seara (SC), com um valor de 81,15, e o município com o pior valor era Itá (SC), com um valor de 72,45.

Dos 15 municípios da microrregião, 9 (60,0%) tinham um valor entre 75,00 e 76,50; 2 (13,3%) tinham um valor entre 76,50 e 78,00; 1 (6,7%) tinham um valor entre 78,00 e 79,50; 2 (13,3%) tinham um valor entre 79,50 e 81,00; e 1 (6,7%) tinham um valor entre 81,00 e 82,50. Em termos de população, 98.900 (71,7%) pessoas viviam em municípios com um(a) Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho entre 75,00 e 76,50; 11.067 (8,0%) entre 76,50 e 78,00;

4.877 (3,5%) entre 78,00 e 79,50; 6.564 (4,8%) entre 79,50 e 81,00; e 16.484 (12,0%) entre 81,00 e 82,50.

Quadro 6 – Vendas Líquidas da Indústria e do Comércio na Região e nos Municípios de Concórdia e Seara

<i>Localidades</i>	<i>Atividades Econômicas em R\$ 1,00</i>		
	<i>Indústria</i>	<i>Comércio</i>	<i>Total</i>
Território Alto Uruguai	1.865.657.417	509.268.293	2.374.925.710
Município de Concórdia	1.119.724.193	360.304.809	1.480.029.002
Município de Seara	643.278.007	45.150.225	688.428.232
<i>% do Município em Relação à Região</i>	<i>94,50</i>	<i>79,62</i>	<i>91,31</i>

As produções agropecuária, industrial e de serviços geram recursos que constituem o Produto Interno Bruto do Território Alto Uruguai, expresso como PIB *per capita*. Em 2000, a região apresentava um PIB *per capita* de R\$ 6.862,00, valor que ficava abaixo da média do Estado de Santa Catarina. No período compreendido entre 1996 e 2000, o valor do PIB foi de R\$ 7.406,60. Enquanto o Estado teve uma queda da ordem de 2,10% no PIB, nesse mesmo período, o da região decresceu 15.43%.

Dos dezesseis municípios, quatro apresentaram crescimento do PIB *per capita* e doze tiveram redução. O município de Piratuba, teve o maior crescimento, da ordem de 77,95%, já em Concórdia o PIB declinou em 41,38% (*Desenvolvimento Tecnológico Regional*, IEL, Sebrae/SC, 2004).

Quadro 7 - Estimativa do PIB per capita, Segundo Valor Adicionado Fiscal a Preços de 1999 (IGP/DI FGV) 1996-2000

<i>Municípios da Território Alto Uruguai</i>	<i>PIB per capita R\$ 1,00 por Habitante</i>		
	<i>1996</i>	<i>2000</i>	<i>% 1996-2000</i>
Alto Bela Vista	7.056	5.548	-21,37%
Arabutã	7.968	5.724	-28,16%
Arvoredo	4.993	7.479	49,79%
Concórdia	14.294	8.379	-41,38%
Ipira	5.400	4.746	-12,11%
Ipumirim	10.029	7.257	-27,64%
Irani	4.415	4.284	-2,97%

Itá	6.424	6.712	4,48%
Jaborá	9.770	6.121	-37,35%
Lindóia do Sul	9.898	6.620	-33,12%
Paial	5.379	4.637	-13,79%
Peritiba	5.983	6.558	9,61%
Piratuba	3.115	5.543	77,95%
Presidente Castelo Branco	9.849	9.768	-0,82%
Seara	14.521	11.423	-21,33%
Xavantina	10.720	8.985	-16,18%
Santa Catarina	7.540	7.381	-2,11%

Fonte: Elaboração: DURB/SDM – SC

Destaque-se também, na produção de bens da região, os principais segmentos econômicos de valor adicionado, vez que representam as grandes fontes de riqueza. Dentre os dez principais segmentos econômicos em geração de valor adicionado na região, o primeiro é o abate e processamento de produtos de carne realizados nas empresas Sadia e Seara. Na segunda posição, a hidrelétrica em Itá é responsável por quase todo valor adicionado e, as demais atividades representam a diversidade de economia local.

Quadro 8 – Dez Principais Segmentos Econômicos do Valor Adicionado da Território Alto Uruguai - 2001

Denominação dos Segmentos	Ano - 2001
Abate de reses, preparação de produtos de carne	R\$ 293.726.313,00
Produção e distribuição de energia elétrica	R\$ 281.333.238,00
Transporte rodoviário de cargas, em geral	R\$ 101.950.743,00
Atividades de organizações empresariais e patronais	R\$ 12.913.233,00
Abate de aves e outros pequenos animais e preparação de produtos de carne	R\$ 12.822.586,00
Fabricação de outros produtos alimentícios	R\$ 12.519.172,00
Fabricação de produtos do laticínio	R\$ 8.306.185,00
Desdobramento de madeira	R\$ 8.184.746,00
Execução de outros serviços gráficos	R\$ 7.048.753,00
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, com área de venda entre 300 e 5000 metros quadrados – supermercados	R\$ 5.406.589,00

Fonte: adaptado de Valor Adicionado (DIEF) de 2001.

1.1.4 Análise do Setor Agropecuário

Diferente do que ocorre no resto do Brasil, o Território do Alto Uruguai apresenta uma baixa concentração fundiária em consequência do processo de

colonização privada, onde a maioria dos proprietários adquiriram áreas que não superavam os 25 ha., que consistiu no tamanho padrão dos lotes. Estas áreas eram denominadas *colônias de terra*, unidade ainda utilizada pelos agricultores do território para definir as dimensões de um terreno.

O processo de fragmentação por herança, fez com que o número de minifúndios (estabelecimentos com até 10 ha.) passasse a ser predominante na realidade do território. Em 1995, 66,20% dos estabelecimentos rurais da região tinham entre 10 e 20 hectares (IBGE, 1998). Dos 16 municípios, somente Irani possui mais de 1% dos estabelecimentos com área superior a 50 ha., sendo que somente dois municípios (Irani e Jaborá) apresentaram estabelecimentos com mais de 500 ha.

Em relação à condição do produtor os dados do IBGE informam que em 1996 haviam 13.710 estabelecimentos agropecuários, sendo que desses 90% exploravam a terra na condição de proprietário, 4% eram arrendatários, 2% eram parceiros e 4 % eram ocupantes. Segundo os dados do LAC 2002/2003 o número de estabelecimentos passou para 11.502, havendo uma redução de 2.208 estabelecimentos agropecuários.esses dados informam que os proprietários passaram para 96%, os arrendatários para 3 % , os parceiros 0,5 % e os ocupantes 0,5%. No que se refere à utilização de terras os dados do Censo Agropecuário 1995/1996, quando comparados aos dados do LAC 2002/2003 demonstram variações.

Em relação à área total, aparecem em primeiro Concórdia, segundo Irani e terceiro Seara nos dois períodos pesquisados. A área total do território representou nos dois períodos pouco mais de 4% de área em relação ao Estado. A variação da área representada por esses estabelecimentos no território apresentou Itá, Concórdia e Ipumirim como os municípios que mais perderam áreas no período. No território essa variação representou quase 11% a menos enquanto SC pouco mais de 8% de diminuição.

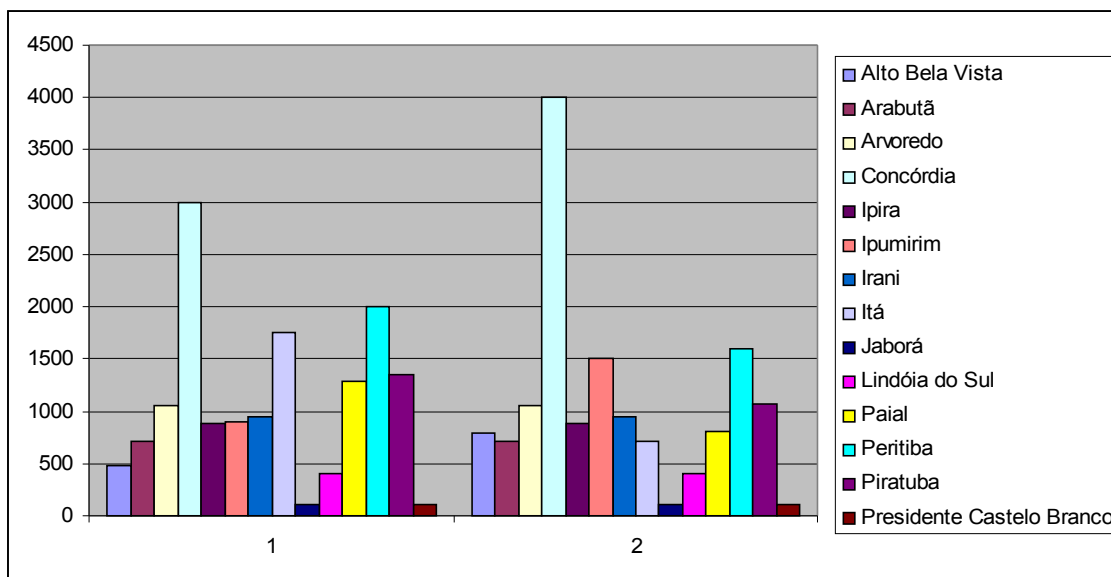
As lavouras temporárias no território apresentaram Concórdia, Seara e Ipumirim com as maiores áreas no primeiro período pesquisado. O território representava no nesse mesmo período quase 7% de área em relação ao estado. No segundo período, o LAC a maior área de lavouras temporárias estava localizada em Concórdia, seguido por Seara e depois Xavantina. Nesse segundo período a área de lavouras temporárias no território em relação ao Estado

representou 5%. O município de Itá apresentou a maior diminuição na área das lavouras temporárias com quase 57% a menos no período, seguido por Concórdia com quase 40% a menos e Ipumirim com menos 30,51% de área destinada a essas culturas. No território a diminuição foi de 20,58% enquanto que no Estado houve um aumento de 7,57% de área para as lavouras temporárias.

Para as lavouras permanentes, os dados mostram Concórdia, Irani e Ipumirim com as maiores áreas de lavouras permanentes. O território nesse período tinha uma área equivalente a 7,5% em relação ao Estado. No segundo período houve uma inversão nas duas primeiras posições, ou seja, com Irani agora em primeiro lugar deixando Concórdia em segundo e Lindóia do Sul em terceiro. O território representou pouco mais de 4,52% de área no Estado.

Xavantina foi o município dentro do território que mais perdeu espaço com mais de 63%, seguido por Itá com menos 62,72% e Seara com 60,90% a menos de área. Em contrapartida, Irani foi o município que mais aumentou a área destinada a esse tipo de lavoura com mais de 150% de acréscimo, depois Jaborá com quase 128% a mais de área e Peritiba com quase 22% a mais de área destinada a lavouras permanentes.

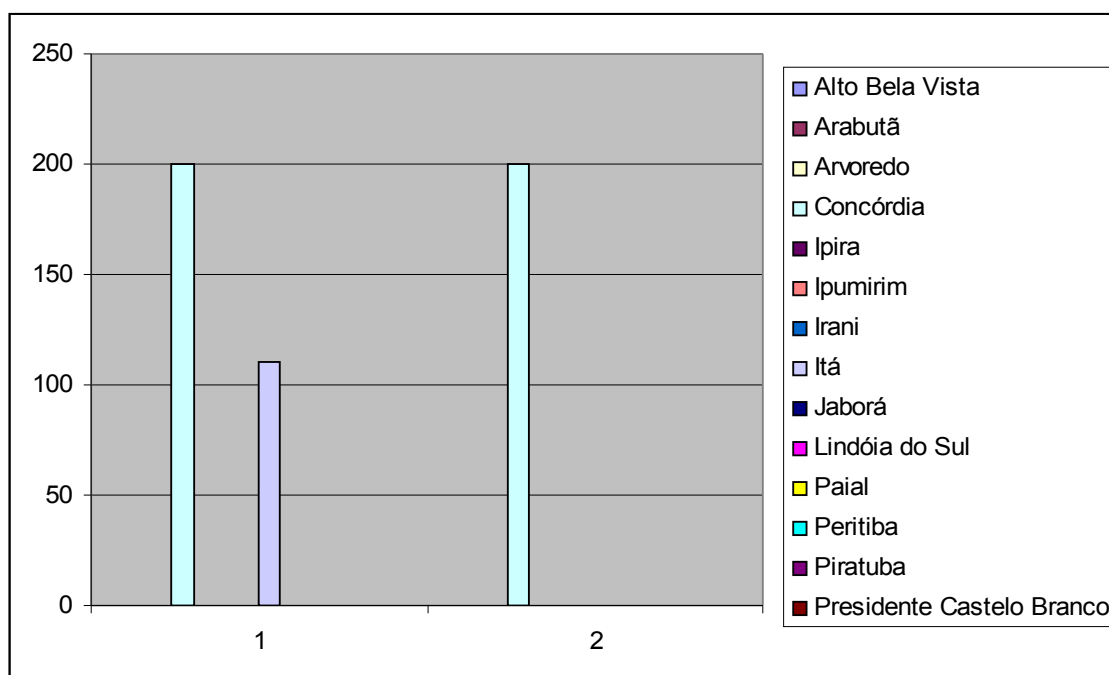
Laranja



1) 2004

2) 2005

Banana



1) 2004

2) 2005

A área de lavouras em descanso no território tem o município de Irani com a maior área, seguido por Jaborá e depois Concórdia, no território a área em descanso representava quase 6% da área em descanso no Estado. Os dados sobre as pastagens nativas mostram que as maiores áreas no território estão nos municípios de Concórdia, nos dois períodos pesquisados. No primeiro período Irani é o segundo em área desse tipo de pastagens, e Lindóia do Sul o terceiro. Já no segundo período houve uma inversão na posição desses dois municípios.

A variação nas áreas de pastagens nativas apresentou o município de Arvoredo com menos 98,97% de área, seguido por Peritiba com 98,67% de área menor destinada às pastagens nativas e Seara com menos 86,33% de área. Fazendo um contraponto, Jaborá aumentou em quase 1.700% a área de pastagens naturais, em Itá o aumento foi de quase 286% e Arabutã com quase 142% a mais de área. Em termos gerais no território houve uma diminuição de 23,08% de área de pastagens nativas quando SC teve uma queda de 10,51%.

Os municípios de Xavantina, seguido Seara e depois Itá são os municípios do território que detêm as maiores áreas desse tipo de pastagens no primeiro período pesquisado. O território representava quase 6% da área de pastagens

plantadas de SC. No segundo período pesquisado houve uma inversão nas posições dos dois primeiros colocados, e o terceiro município com maior área destinada a esse tipo de plantio foi Concórdia, e o território em relação ao estado ocupava quase 9% da área. A variação no período mostrou que houve um aumento de quase 5.000% na área destinada a plantação de pastagens em Arvoredo, em Piratuba o aumento foi de quase 3.000% e em Peritiba o aumento foi de quase 1.000%. Já a diminuição apontou Jaborá com uma diminuição de 63,37%, seguido por Arabutã com menos 52,07% e Ipumirim com menos praticamente 51% de área. No território houve um aumento de 20,48% da área destinada ao plantio enquanto que no Estado houve um decréscimo de 19,16% de área.

O espaço destinado a capoeiras no território mostra que a maior área está em Concórdia, depois em Irani e Seara. A área de capoeiras do território representa quase 6% da área de Santa Catarina. Com relação às áreas de Matas e Florestas nativas os municípios de Concórdia, Irani e Seara são os que detêm as maiores áreas de matas preservadas nos dois períodos pesquisados. Nota-se também que embora no território houve uma diminuição dessa área, houve um aumento do que essa área representava no Estado do primeiro para o segundo período pesquisado, saindo de 3 para 3,41%. O município que registrou a maior diminuição de matas e florestas nativas no território foi Itá, depois Concórdia e em terceiro Arabutã. Já Seara, Presidente Castelo Branco e Lindóia do Sul foram os municípios que mais ganharam área para as matas. O percentual de diminuição do território foi quase cinco vezes menor que no Estado, ou seja, enquanto no Estado houve uma diminuição de mais de 15% na área de matas e florestas nativas no território essa diminuição foi de 3,58%.

Nas matas e florestas plantadas no primeiro período da pesquisa (1995/1996) mostra que a maior área está em Concórdia, a segunda maior área encontra-se em Irani e a terceira em Jaborá. Esse tipo de exploração representou no Estado 1,5% nesse período. Já no LAC Concórdia mantém-se na primeira posição seguida agora por Seara e depois Ipumirim, e agora a área em relação a SC representava 2,73%. O município de Presidente Castelo Branco foi, no território, o que mais aumentou a área destinada a matas e florestas, depois veio Arvoredo e Arabutã. Já dentre os municípios que diminuíram a área para essa cultura destacam-se em primeiro lugar Irani, depois Concórdia e Itá. O território fez o caminho inverso do que acontece no Estado como um todo, pois enquanto em

SC houve uma diminuição de área para essa cultura em quase 27% do território houve um aumento de 34,5%.

Pessoas Ocupadas

De acordo com as informações do Censo Agropecuário de 95/96, o maior número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos rurais está em Concórdia, depois em Seara e em terceiro no município de Itá. O número total da região representa quase 7% do número em SC. Quando levamos em conta as pessoas responsáveis que são membros da família e não são remunerados, Concórdia também é o primeiro, seguido por Seara e depois Ipumirim. Nesse caso o território é responsável por 7,5% dessas ocupações no Estado.

Em número de empregados permanentes as duas primeiras posições são ocupadas pelos mesmos municípios do caso anterior e a terceira posição é de Irani. Em relação a SC o território tem quase 4% de empregados permanentes.

No caso de parceiros empregados e trabalhadores em outras condições Concórdia também está na frente, seguido no primeiro caso por Jaborá e Seara e no segundo por Seara e Xavantina. A região representa pouco mais de 6% para o Estado no primeiro caso e 3,5% no segundo caso.

Quando as pessoas ocupadas são residentes nos próprios estabelecimentos a maior proporção está em Arvoredo onde mais de 99% dos trabalhadores ocupados residem nos próprios estabelecimentos, seguido por Arabutã com aproximadamente 98% e Ipumirim com 97,5% dos casos. Em todos os municípios do território a proporção de homens ocupados é maior que as mulheres, sendo que em Xavantina essa proporção é a mais alta, seguido por Irani sendo os dois municípios com quase 58% cada, e em terceiro aparece Seara com quase 57%. No caso das mulheres ocupadas o município com a maior proporção está em Arabutã, seguido por Peritiba e depois Presidente Castelo Branco. Em termos gerais o território é responsável por mais de 6% dos homens ocupados no Estado e por quase 8% no caso das mulheres (IBGE, 1995/1996).

Migração

Os movimentos populacionais são, hoje, um elemento importante para melhor refletir sobre as tendências relacionadas ao desenvolvimento rural em Santa Catarina. Durante muito tempo foi comum a prática do discurso de que o “modelo catarinense de desenvolvimento” era marcado por uma distribuição

equilibrada da população por todo o território estadual. Isso provocava a inexistência de grandes metrópoles e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida de sua população, devido à ausência dos problemas inerentes às grandes aglomerações urbanas.

Os últimos anos, no entanto, têm demonstrado que esta realidade pode estar sendo transformada rapidamente. Os discursos oficiais passaram a incorporar nos objetivos de governo a necessidade de reversão do processo de “litoralização”. Os documentos da atual gestão estadual (2003/2006) estão fundamentados na necessidade de “combater a litoralização, que vem esvaziando, dramaticamente, o campo, e inchando as cidades maiores.” Ainda segundo o novo discurso oficial: Santa Catarina tornou-se, nos últimos anos, um dos estados campeões nacionais de êxodo rural, face à centralização governamental e a conseqüente ausência de políticas regionais de desenvolvimento rural e urbano. E essa tem sido a maior matriz geradora da crise urbana, caracterizada, hoje, pelo desemprego, subemprego, favelização, subnutrição e criminalidade.

As mudanças verificadas na distribuição espacial da população catarinense têm impacto direto sobre a dinâmica de desenvolvimento das regiões, principalmente, daquelas que têm na economia e no modo de vida rural suas principais características. O entendimento desta realidade é fundamental para balizar as discussões que ocorrem no âmbito dos debates sobre os rumos do desenvolvimento estadual, se constituído em elemento chave para identificar problemas estratégicos e construir alternativas que possibilitem a melhoria da qualidade de vida em todo o território estadual.

A população rural brasileira atingiu seu máximo em 1970. Desde então, vem sofrendo um declínio populacional relativo e absoluto, chegando em 2000 com um total de 31,8 milhões de habitantes, ou 19 % do total nacional (FIBGE, 2000). A redução da importância da população rural deve-se, fundamentalmente, aos movimentos migratórios. Mais recentemente, a queda de fecundidade rural contribuiu também para a diminuição do ritmo de crescimento desta população.

Segundo os dados do LAC 2002/2003 existem no território do Alto Uruguai 11.502 estabelecimentos agropecuários, sendo que desses 1.133 estabelecimentos tiveram pessoas que migraram nos últimos 3 anos, o que corresponde a 9,85% dos estabelecimentos agropecuários do território, correspondendo a 1.476 pessoas. Os dados mostram que Concórdia é o município

onde mais pessoas abandonam o espaço rural, seguido de Seara e Lindóia do Sul. Em relação ao gênero não existem diferenças significativas entre homens e mulheres, podendo-se dizer que aproximadamente 50% dos migrantes são homens e 50% mulheres. Em relação à faixa etária percebe-se uma tendência à migração de pessoas jovens, sendo que 95,46 % dos migrantes possuem até 39 anos de idade. Do total de migração o território é responsável por 11,43% do Estado. Em relação à idade, os números mostram que Concórdia é o município onde mais pessoas migram.

Segundo os destinos para os quais as pessoas migram, 85,36% foram para a sede do município ou para os municípios vizinhos. O ramo de atividade prioritário para o qual as pessoas no meio rural estão canalizando sua força produtiva é o setor de indústria, comércio e serviços, identificou-se que 56,46 % dos migrantes estão nesse ramo.

Porque as pessoas abandonam os municípios? E quais os municípios mais impactados pela migração ? . Os dados do LAC 2002/2003 apontam que a baixa rentabilidade da atividade agropecuária, colocam Concórdia, Lindóia do Sul e Seara na frente, e o território detém mais de 19% no total estadual.

Devido à busca por uma remuneração fixa e baixo risco, Peritiba é o primeiro, depois Concórdia e Alto Bela Vista em terceiro. A região responde por 8,89% do total estadual. Na busca pela melhor qualidade de vida Concórdia é o campeão na "exportação" de pessoas seguido por Paial e Lindóia do Sul. No território esse índice chega a quase 9% em comparação a SC. Atrás de trabalhos mais leves as pessoas saem prioritariamente de Itá, depois de Seara, Ipumirim e Concórdia, e neste caso a região detém quase 11% do Estado , na busca de maior renda em outra atividade, Arvoredo é o primeiro seguido por Jaborá e Lindóia do Sul empatados na segunda posição e Concórdia é o terceiro. O território tem imigração dessa espécie equivalente a 12,49% do total em SC Quando o motivo da saída é o matrimônio, Concórdia é o primeiro, Lindóia do Sul e Peritiba são estão juntos na segunda posição, e Irani e Peritiba estão na terceira colocação. O território é responsável por 8,38% dessa migração. Por motivo de não gostarem da atividade agrícola, é apontado em primeiro lugar em Lindóia do Sul, seguido de Concórdia e Seara, e na região o percentual estadual é de 8,85%. A descapitalização do estabelecimento levou 10 pessoas a migrarem o que representou pouco mais de 9% em relação ao Estado. Os problemas de saúde

levaram 13 pessoas a abandonarem o território o que é equivalente a quase 12% do total de SC. Devido à terra insuficiente ou imprópria para a agricultura, foram 19 pessoas que abandonaram a região o que corresponde a quase 6% do total estadual. Quando os motivos são outros, que não estes contidos na pesquisa, foram 81 abandonos na região o que representou pouco mais de 8% no Estado. Também tiveram 38 pessoas que não declararam os motivos de sua partida e esse número equivale a 6,57% em SC. De maneira geral, a baixa rentabilidade na agricultura é o principal motivo pelo qual as pessoas estão migrando, correspondendo a 44,37% dos casos. De forma sintética podemos dizer que segundo o LAC 2002/2003 temos , em sua maioria, homens e mulheres jovens migrando para a sede do município em busca de melhoria na sua renda.

Agricultura Familiar

A agricultura familiar do Alto Uruguai sempre esteve atrelada à cadeia produtiva de produtos cárnicos de suínos e aves, no entanto, com a crise econômica que atingiu toda a América Latina a partir da crise do petróleo, em 1979 e com o fim da política de subsídios estatais, essas empresas tornaram-se ainda mais exigentes na relação com os seus integrados. Os agricultores familiares haviam se tornado dependentes de insumos e processos externos, como genética, adubos químicos, rações industrializadas, agrotóxicos e combustíveis fósseis.

A fim de tornarem-se mais competitivas as empresas integradoras exigiam mais eficiência dos produtores, que se traduzia em capacidade de modernização e ampliação das infra-estruturas produtivas, adoção de tecnologias intensivas em capital, como rações, concentrados, medicamentos, adubos e agrotóxicos. Toda essa intensificação no pacote da Revolução Verde era exigido pelas empresas integradoras em um momento de crise profunda da economia, que se refletia em riscos elevadíssimos. Frente à situação de crise generalizada, o Estado buscava se preservar, ausentando-se nas relações de mercado que se davam entre agricultores e agroindústrias.

A - Produtos de origem vegetal

Tabela 12 Área Plantada, Produção e Rendimento Agrícolas - 2002

<i>Produtos</i>	<i>Área Plantada (ha.)</i>		<i>Quantidade Produzida (t.)</i>		<i>Rendimento (kg./ha.)</i>	
	<i>Estado</i>	<i>Território Alto Uruguai</i>	<i>Estado</i>	<i>Território Alto Uruguai</i>	<i>Estado</i>	<i>Região de Concórdia</i>
Arroz	139.678	1.281	922.860	1.046	6.607	817
Cana-de-Açúcar	17.422	1.238	656.208	26.225	37.665	21.183
Feijão	155.790	4.790	171.714	2.380	1.102	497
Fumo	112.067	582	223.382	1.115	1.993	1.916
Mandioca	32.081	1.261	582.995	21.944	18.173	17.402
Milho	833.909	83.330	3.100.031	234.021	3.717	2.808
Trigo	51.851	1.121	93.158	1.214	1.797	1.083
Uva	3.795	181	41.093	1.602	10.828	8.851

Segundo o PNUD, 2004, os trabalhadores rurais atuam no plantio de: arroz, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca, milho, trigo e uva. Dedicam-se também à criação de bovinos, aves, ovinos e suínos; produzem leite, mel de abelha, ovos, peixes, hortaliças, frutas, temperos, conservas/geléias e laticínios.

Há que se ressaltar que os agricultores familiares concorrem em grande parte para a geração desses produtos, pois, em 1995, 66,20% dos estabelecimentos rurais da região tinham entre 10 e 20 hectares. Isto demonstra a importância do Setor Agropecuário para ocupação da mão-de-obra regional.

B - Produtos de origem animal

Tabela 13-Efetivo do Rebanho no Estado e naTerritório Alto Uruguai

<i>Localidades</i>	<i>Efetivo (cabecas)</i>			
	<i>Suínos</i>	<i>Aves</i>	<i>Bovinos</i>	<i>Ovinos</i>
Estado de Santa Catarina	5.516.818	124.127.525	3.096.275	192.134
Território Alto Uruguai	1.369.438	26.339.132	212.117	6.212

Verifica-se, pela distribuição dos dados, que a grande atividade de criação, que os trabalhadores rurais da região se dedicam, é a de suínos e aves. Do total no estado de Santa Catarina, 24,8% dos suínos e 21,22% da criação de aves estão em propriedades da região, envolvendo um grande contingente de trabalhadores nessa atividade econômica. E, a suinocultura na região encontra-se em expansão, pois, em 1998 o rebanho era de 1.102.535 cabeças, passando para 1.369.438 em 2001, um aumento de 24,21% no efetivo (PNUD,2004).

É importante ressaltar que a região detém, atualmente, o maior complexo agroindustrial do país, destacando o município de Concórdia, onde está a unidade de uma das grandes agroindústrias do estado e do Brasil a Sadia S/A (*Desenvolvimento Tecnológico Regional*, IEL, 2004).

B.1 - leite e mel

O leite continua sendo uma atividade importante para o território, estima-se que entre os agricultores que são menos especializados, 80% produz leite . O mel também é encontrado em quase todos os municípios do território, e situa-se como uma renda complementar dos agricultores familiares.

Tabela 14 produção de Leite e Mel

MUNICÍPIOS	LEITE		MEL DE ABELHA	
	(1.000 l)		(kg)	
	1998	2001	1998	2001
Alto Bela Vista	1.552	4.637	1.000	1.500
Arabutã	7.025	11.111	6.000	9.000
Arvoredo	1.566	2.329	3.850	2.500
Concórdia	29.397	29.135	30.000	40.390
Ipira	3.836	5.364	4.500	5.300
Ipumirim	6.033	7.038	5.600	3.390
Irani	4.633	5.475	12.592	12.934
Ita	5.189	6.300	6.000	6.132
Jaborá	4.600	4.968	3.800	6.800

Lindóia do Sul	5.400	8.134	3.500	3.300
Paial	1.148	4.875	2.000	3.000
Perituba	3.116	2.623	8.000	5.100
Piratuba	3.520	4.290	3.000	3.000
Presidente Castelo Branco	3.060	3.634	2.000	2.000
Seara	11.879	13.246	14.000	30.559
Xavantina	6.922	10.233	6.000	6.200
TERRITÓRIO	98.876	123.392	111.842	141.105
SANTA CATARINA	870.74	1.076.09	3.474.08	3.774.74
	9	6	9	9
% do Território no	11,36	11,47	3,22	3,74
Estado				
FONTE: IBGE .				

C - Agroindústrias familiares

A agroindustrialização familiar é um processo realizado em quase todos os municípios do território e tem sido apontada por diferentes atores como uma das principais alternativas de geração de renda para os agricultores familiares do território. Neste sentido, nota-se a relevância das agroindústrias familiares como alternativa para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e também na construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que visa o rural como um todo, e não somente ligado à produção agrícola.

Para Abramovay (1992), a noção de unidade familiar de produção tem sido tratada de forma ambígua ao se associar este tipo de estabelecimento à “pequena produção”, a “produção de baixa renda”, a “agricultura camponesa”, entre outros. A agricultura familiar, tal como se desenvolveu nos países capitalistas avançados, apresenta especificidades que a difere das formas sociais do passado das quais muitas vezes é originária, “mas com o qual mantém laços cada vez mais tênues”

Existem no território cerca de 100 agroindústrias familiares. Grande parte das agroindústrias estão organizadas em Cooperativas, ou se constituem em filiais de cooperativas, desta forma viabilizam a sua legalização do ponto de vista fiscal/tributário. Muitas agroindústrias estão ligadas a Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste de Santa Catarina (UCAF) ⁶, criada em 1999. A UCAF se constitui em uma base de serviços que possui uma equipe técnica por meio da qual as agroindústrias recebem orientação técnica nas áreas de produção, gestão, controle de qualidade, conversão, marketing, responsabilidade técnica e

⁶ A UCAF atende unidades localizadas no Alto Uruguai, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina.

comercialização. Além disso, a UCAF disponibiliza o código de barras e a marca-selo “Sabor Colonial”. A marca identifica os agricultores familiares associados à Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO) e a UCAF e que possuem algum tipo de legalização sanitária seja ela municipal, estadual ou federal.

A suinocultura continua sendo uma das mais importantes atividades do território. Os suinocultores, segundo os entrevistados, compõe dois extratos de produtores. Os grandes produtores que e os pequenos que produzem leitões. Os agricultores mais descapitalizados não se viabilizam na suinocultura. Os suinocultores são compostos pelos integrados 90% e pelos terceiros ou independentes 10%. Os integrados comercializam exclusivamente com as integrados, sendo que os terceiros produzem de forma independente e comercializam para os integrados ou para outros frigoríficos da região.

Estima-se que 50% dos produtores são especializados apenas na suinocultura e 50% possuem outras atividades. Existe no território um número expressivo de empresários e profissionais liberais que estão investindo em granjas para a produção de suíno.

1.1.4.1 Organizações e Serviços de Apoio à Agricultura Familiar no Território

Os assentamentos da reforma agrária imprimiram uma dinâmica original com a criação de estruturas cooperativas próprias. A primeira iniciativa foi a Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro (Copagro), em Campos Novos, no ano de 1990. Atualmente trinta famílias desse assentamento produzem de forma coletiva. Por iniciativa dos agricultores assentamentos no Território foi constituída também a Cooperativa Regional da Região do Contestado (Coopercontestado), que abrange em todos os municípios do Território Planalto Catarinense e se dedica à coleta de leite a granel, fabricação de derivados de leite e empacotamento de feijão.

Muitos agricultores familiares não assentados também têm se organizado, inicialmente, por meio de associações, que avançaram para formas de cooperativas. Merecem destaque nessa direção as Cooperativas Coplasc e Coopernostra, cujas atuações e resultados precisam ser contempladas numa nova revisão deste Plano. Outra iniciativa relevante é a Associação dos Remanescentes

do Quilombo da Invernada dos Negros, que surgiu com o objetivo de lutar pela terra e pelo reconhecimento de seus direitos.

No campo da representação política três organizações, sendo duas sindicais e um movimento social, atuam no Território: Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina (Fetaesc/Contag); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nos últimos anos, a Fetaesc está se re-estruturando na região criando, inicialmente, a Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Planalto Sul (Astrasul). Sua atuação está concentrada nos municípios de Campos Novos, Vargem, Celso Ramos, Brunópolis, Monte Carlo, Curitibanos, Frei Rogério, São Cristovão do Sul, Ponte Alta do Norte e Santa Cecília. O Município de Ibiam pertence à Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Vale do Rio do Peixe e o STR do município de Zortéa é uma extensão de base do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Capinzal, que participa da Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Joaçaba.

Na base sindical do Território, a Fetaesc tem em torno de três mil famílias de agricultores associadas. Sua atuação se dá fundamentalmente no fomento de políticas agrícolas de habitação, crédito, assistência técnica e extensão rural. Junto à juventude rural desenvolve trabalhos de formação nas áreas do associativismo, cooperativismo e modelo tecnológico para a agricultura familiar.

A Fetraf, por sua vez, tem uma atuação mais restrita, estando presente no município de Abdon Batista por meio de uma extensão de base do seu sindicato de Anita Garibaldi. Já o MST está presente na região nos quinze assentamentos, que somam 511 famílias assentadas. Embora nem todas façam parte desse Movimento acabam se beneficiando indiretamente das pressões políticas que essa organização efetua junto ao Estado, visando garantir políticas públicas específicas para os agricultores beneficiados pela reforma agrária.

Com relação à prestação de serviços na área de assistência técnica e extensão rural pode-se destacar o trabalho desenvolvido pela Epagri, presente em todos os municípios. A Epagri mantém um centro de treinamento, localizado no município de Campos Novos, que dispõe de salas de aula e unidades didáticas equipadas para a realização de atividades de formação, com refeitório e alojamento para a estada dos participantes durante a realização dos eventos. Além dessa

instituição do governo do estado tem-se o trabalho de organizações não-governamentais, cooperativas de prestação de serviços técnicos e as equipes técnicas mantidas pelas próprias cooperativas agropecuárias. Apesar dos trabalhos dessas instituições no campo da extensão rural e assistência técnica, as ações ainda são insuficientes para o atendimento de todas as demandas dos diferentes tipos de agricultores familiares do Território.

Com relação à participação das mulheres no processo de discussão acerca do desenvolvimento territorial constata-se uma baixa participação. As entidades, organizações sindicais, cooperativas e associativas da agricultura familiar não fogem à regra. A presença de mulheres agricultoras nos seus quadros dirigentes, bem como nos grupos de base onde se dão as definições das políticas de produção, comercialização e desenvolvimento econômico e social das entidades é ainda muito frágil. A incorporação da perspectiva de gênero nas organizações da agricultura familiar representa ainda um desafio a ser suplantado pela política de desenvolvimento territorial.

Percebe-se que as associações, cooperativas e organizações comunitárias estão se fortalecendo ao participar das atividades do Território, sentindo-se progressivamente mais responsáveis pelos rumos do desenvolvimento territorial. Como a todo o momento novos atores estão se integrando, estes ainda não têm muita clareza de seu papel nesse processo, visto a necessidade de um tempo para que compreendam a proposta. As entidades que participam há mais tempo têm conseguido aprovar projetos por deter mais conhecimentos e informações sobre o funcionamento da política territorial.

1.1.4.2 Resultados das Principais Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Território

O Censo Agropecuário 2006 em termos institucionais, capta parcialmente as mudanças decorrentes da criação do MDA em 2000 e de diversos programas criados neste período, como o Pronaf (criado em 1995 e reformulado especialmente a partir de 1999), o Proger Rural (1995) e o Garantia Safra (2002). Outros programas importantes de apoio à agricultura familiar são recentes e se encontravam em fase inicial de implantação na época do Censo: PAA (2003), Seguro da Agricultura Familiar – Proagro Mais (2004), Programa Nacional do Biodiesel (2004), Territórios Rurais (2004) e o Programa Bolsa Família (2004).

Da mesma forma, o II Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado em 2003, foi efetivado a partir do ano seguinte. No período anterior, as principais ações governamentais para acesso à terra foram os programas Cédula da Terra e Banco da Terra, criados em 1997/1998 e regulamentados em 2001 e pela criação de projetos de assentamentos sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), intensificada a partir de 1995.

A partir dos dados do crédito rural do Pronaf pode-se ter um diagnóstico da importância da agricultura familiar do alto Uruguai Catarinense, que atraiu no ano agrícola 2003/04 aproximadamente vinte e dois milhões de reais, distribuídos em cerca de dez mil contratos de custeio e investimento. A grosso modo podemos estimar que uns oitenta por cento dos contratos de custeio equivalem ao total de estabelecimentos atendidos pela política de crédito do Pronaf no território do Alto Uruguai. Essa estimativa nos permite dizer que o território possui uma boa cobertura, uma vez que o total de estabelecimentos, incluindo aqueles que não se enquadram no Pronaf, totalizam treze mil.

Outra conclusão que podemos extrair da análise dos dados do crédito é que as maiores demandas vem dos agricultores dos grupos de enquadramento C e D com a finalidade principal de custeio das atividades produtivas. No ano agrícola 2003/04 foram realizados 5.155 contratos do Grupo C Custeio e 3.871 contratos do grupo D Custeio, que correspondem a R\$ 9.185.388,00 e R\$ 13.153.175,00 respectivamente, números que representam 71,30% dos recursos aplicados pelo crédito rural do Pronaf no território, enquanto que os créditos totais de investimento desses dois grupos, que são os mais representativos do território, totalizam os 15,64%.

Estes dados nos permitem afirmar que a agricultura familiar do território tem baixa capacidade de investimento, o que sugere que os financiamentos tem servido para que os estabelecimentos produtivos consigam manter-se na atividade, sem possibilitar os investimentos de médio prazo. Isso pode ser um indicador que a agricultura familiar do território está se descapitalizando.

O Alto Uruguai é um território com expressivo capital social, sendo que esses atores, há tempos vêm discutindo a questão da agroindustrialização familiar. Embora a CIAT seja uma instituição recente, esta é composta por instituições capazes de representar os diferentes interesses existentes no território. Sendo assim, as políticas públicas, projetos e recursos que vierem a ser aportadas no

território, deverão ser discutidas amplamente com a CIAT, para que essa contribua para na sua construção.

No caso específico do projeto de apoio ao marketing, esse deverá estar dialogando com as iniciativas já existentes no território - como é o caso da marca Sabor Colonial - e a partir de uma discussão com a CIAT, configurar uma proposta que venha ao encontro das necessidades dos atores locais. A aposta dos atores locais na agroindustrialização familiar necessita de instrumentos de apoio que ofereçam mais subsídios para balizar os investimentos nesse setor. Um estudo de viabilidade de novos empreendimentos agroindustriais , poderia estar contribuindo para o desenvolvimento do território.

Da mesma forma , há que destacar que a agricultura familiar além de criar oportunidade de inclusão social, principalmente para os segmentos menos privilegiados como as mulheres, jovens e idosos, uma vez que, para estes, se tornar ativo pode representar o início ou até mesmo o reinício da construção da cidadania, bem como oportunizar o resgate de seu valores sociais e culturais. Também, oportuniza a participação dos agricultores familiares no processo produtivo e no mercado.

2 - VISÃO DE FUTURO

Convém relembrar aqui que nesta versão do Plano se priorizou, na medida do possível, a atualização do tópico referente ao Diagnóstico Territorial. Portanto, a partir deste tópico serão apresentadas as elaborações que os representantes do Colegiado Territorial efetuaram ao longo das suas atividades sem que as mesmas tenham passado por um processo de revisão. Essa etapa está prevista para o início do próximo ano (2011), devendo se retomar, também, os aspectos que não foram atualizados no Diagnóstico o que os membros do Colegiado consideram frágeis ou que não condizem inteiramente com a realidade Territorial. Assim, a visão de Futuro do Território definida de forma participativa pelos integrantes do Colegiado Territorial foi sintetizada da seguinte forma:

- “Promover o desenvolvimento em suas diferentes dimensões – ambiental, social, cultural e econômica – com preservação ambiental para o bem estar social das populações do território, através de um processo de formação

permanente, tanto para as gerações atuais, bem como para conscientização das futuras gerações, viabilizando acesso à educação de qualidade que contribua tanto para a formação pessoal como para a qualificação das atividades produtivas;

- “Protagonismo da agricultura familiar, fortalecimento do associativismo e cooperativismo, ampliação da produção de alimentos limpos a partir da consolidação da agroecologia, com maior valor agregado e ampliação dos espaços de comercialização, com aumento de renda e vida digna no campo e na cidade.”
- “Inclusão social de jovens, mulheres, homens e crianças respeitando as suas culturas”.

3 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Território tem como Objetivos Estratégicos os seguintes aspectos:

- Articular as demandas da agricultura familiar e gestores públicos municipais;
- Organizar as propostas do território para o desenvolvimento, priorizando as ações estratégicas;
- Apresentar o planejamento integrado das ações visando o desenvolvimento socioeconômico regional sustentável;
- Fortalecer a agricultura familiar, através da inclusão social e geração de renda com preservação ambiental;
- Princípios da agroecologia, participação social e valorização da agricultura familiar.

4 - VALORES OU PRINCÍPIOS

- Transversalização de ações;
- Intermunicipalização dos projetos, diagnósticos e planejamentos;
- Articulação de ações conjuntas entre Governos e sociedade civil organizada;

- Equidade, atentando para as desigualdades econômicas, sociais, de gênero e étnicas;
- Suscitar um modelo de desenvolvimento territorial que privilegie a vida e o Capital Humano;
- Promoção do direito humano à renda e trabalho;
- Integração das ações dos Poderes Públicos Municipais, Estaduais e Federais com as ações da Sociedade Civil e outros organismos de cooperação nacionais ou internacionais voltadas ao desenvolvimento do Território, à geração de trabalho e renda, à segurança alimentar e a preservação do meio ambiente;
- Efetivação do controle social das políticas públicas direcionadas à geração de trabalho e renda e ao desenvolvimento territorial;
- Atuação de maneira integrada com as demais políticas públicas que buscam promover a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento territorial.

5 - DIRETRIZES PRINCIPAIS

- Perceber o território de modo integral com suas várias dimensões (sócio-cultural, econômica, ambiental e político-institucional), heterogeneidades, identidades, potencialidades e fragilidades;
- Estimular a construção de parcerias entre os atores sociais para o desenvolvimento das pessoas e instituições;
- Estimular a articulação entre as demandas sociais e as políticas públicas que ampliem as possibilidades de investimentos públicos e privados, contemplando a equidade na distribuição das oportunidades e das riquezas geradas;
- Estimular o desenvolvimento de capacidades locais, a participação e a cooperação das populações do território;

- Adotar o planejamento ascendente como instrumento de descentralização de políticas públicas e de gestão e de autogestão do território;
- Atuar de forma descentralizada, em sintonia com a sociedade civil, e com o setor público;
- Priorizar a redução das desigualdades sociais;
- Considerar as dimensões de gênero, etnia, geração e raça nas discussões do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS;
- Fortalecer a economia territorial, valorizando os recursos locais, de modo a garantir aumento da renda e da oferta de empregos.

6 - EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

6.1 - Eixo 1 – Geração de emprego e renda

- 1 Apoio às principais cadeias produtivas do território
 - 1.1 Levantamento dos principais entraves e definir ações estratégicas;
 - 1.2 Melhoria das cadeias produtivas;
 - 1.3 Organização dos arranjos institucionais de algumas cadeias;
 - 1.4 Pesquisa e apoio as cadeias existentes e inovadoras de forma participativas
- 2 Articulação das políticas públicas existentes, buscando ampliação de mercado para os produtos rurais do território;
 - 3.1. Estabelecer parcerias com cooperativas, PAA, prefeituras, SDRs, Fome Zero, Economia Solidária, universidades e Epagri e etc.
- 3 Viabilizar os serviços de inspeção e certificação para os produtos da agricultura familiar;
 - 4.1. Certificação através da discussão de grupos coletivos (agroecologia).
 - 4.2. Implementar o SUASA (Sistema Único de Acompanhamento Sanitário Agropecuário) no território.
 - 4.3. Ampliar as parcerias com as entidades oficiais de Sanidade Agropecuária.

- 4 Criar redes de produção, distribuição e/ou comercialização dos produtos da agricultura familiar;
 - 5.1. organizar em torno de uma ou mais cooperativas da agricultura familiar, ligadas à outras pequenas organizações existentes no território;
 - 5.2. Banco de alimentos regiões.
 - 5.3. Organização da produção para formação de estoques reguladores;
- 5 Viabilizar o acesso as políticas públicas orientando às linhas estratégicas definidas pelo território através de organizações dos próprios atores locais;
 - 6.1. Aplicação de políticas públicas orientadas;
 - 6.2. Plano safra territorial;
- 6 Realizar estudo econômico comparativo sobre alternativas de rendas não agrícolas no meio rural (a exemplo do turismo rural, artesanato, agroindústrias, dentre outros).
- 7 Criar mais oportunidades para os jovens permanecerem no campo/rural, tais como o acesso a crédito, dentre outras políticas públicas e oportunidades.
 - 8.1. Apoiar a estruturação de organizações de jovens ligadas à agricultura familiar;
 - 8.2. Um programa de formação e capacitação e acompanhamento da juventude.
 - 8.3. Ampliar as articulações com outros projetos territoriais (Terra Solidária, Jovem Empreendedor Rural, Educação do Campo, Turismo Rural, Minha Primeira Terra, Cultura e Esporte).
- 8 Fortalecimento da Agroecologia em todas as suas dimensões como alternativa ao modelo hegemônico;
 - 9.1 Ampliar as parcerias para comercialização dos produtos, articulando as organizações da sociedade civil e as políticas públicas nas três instâncias institucionais;
 - 9.2. Um programa de pesquisa e produção articulado interinstitucional (Epagri, Universidades, Governos, Organizações).
 - 9.3. Programa de sensibilização e capacitação para agroecologia;

6.2 - Eixo 2 – Associativismo e cooperativismo

- 9 Apoiar a formação e fortalecimento de associações e cooperativas;

- 10.1. Programa de apoio a Capacitação e Gestão das Associações e cooperativas;
 - 10.2. Constituição de redes de associações e cooperativas;
 - 10.3. Estimular que as cadeias produtivas se organizem em associações e ou cooperativas, dentre outras;
- 10 Apoiar a formação e fortalecimento de associações e cooperativas com enfoque na Economia Solidária e Gênero.

6.3 - Eixo 3 – Meio ambiente

- 12. Preservação, recuperação, conservação das matas ciliares.
 - 12.1 Produção de mudas de plantas nativas;
 - 12.2 Programa de Educação ambiental.
- 13. Estimular o processo de organização para ocupar os diversos espaços de tomada de decisão da sociedade civil.
- 14 Estimular o turismo e agroecoturismo;
 - 14.1. Mapeamento e diagnóstico sobre as potencialidades locais para o agroecoturismo e turismo;
 - 14.2 Organização das demandas;
- 15. Apoiar ações e que busquem Compensação pela Preservação ambiental para a agricultura familiar.

6.4 - Eixo 4 – Intermunicipalidade

- 16. Ações de apoio a organização dos atores locais com vistas ao fortalecimento do processo de Desenvolvimento Territorial Sustentável;
 - 16.1 Ampliar e rever as parcerias com todas as entidades representativas no território (sociedade civil e poderes públicos);
 - 16.2 Incentivar fóruns de discussão entre as entidades representativas do Território, fazendo com que estas criem uma dinâmica de encontros regulares.
 - 16.3 Definir estratégias para o controle social;
- 17. Ampliar as formas de comunicação das ações territoriais;

6.5 - Eixo 5 – Organização e formação

- 18. Ampliar o processo de formação para a cidadania;

- 18.1 Programa de formação para a cidadania.
- 19. Fortalecer a educação apropriada à realidade do campo;
 - 19.1 Adequação dos currículos escolares às peculiaridades locais de forma que se compreenda a importância do rural;
 - 19.2 Promover a educação de Jovens e Adultos, como forma de tornar possível o Desenvolvimento Territorial ao longo prazo
- 20. Articular as entidades públicas e da sociedade civil para uma atuação em ATER em forma multidisciplinar;

6.6 - Eixo 6 - infraestrutura e serviços de apoio

- 21. Implementar e melhorar as condições de moradia (com saneamento básico, água, luz, acesso e comunicação) com espaços de lazer, cultura, esporte, dentre outros;
- 22. Ampliar as formas de transporte no território;
- 23. Regularização fundiária das terras do território;
 - 23.1. Articular com as políticas públicas federais e interinstitucionais.
- 24. Desapropriação de terras improdutivas
 - 24.1 Atualização dos índices de produtividade.

7 - PROGRAMAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS

7.1 - Geração de emprego e renda

- ▶ Melhorar a fertilidade do solo (discutir via Plano Safra Territorial);
- ▶ Apoio as principais cadeias produtivas do território;
- ▶ Articulação das principais políticas públicas existentes;
- ▶ Buscar garantia e ampliação de mercado dos produtos do Território;
- ▶ Viabilizar os serviços de inspeção e certificação para os produtos da agricultura familiar;
- ▶ Criar centros de armazenamento e distribuição dos produtos agropecuários;

- ▶ Apoio Crédito (demanda);
- ▶ Linhas de crédito para hortifrutigranjeiros;
- ▶ Pesquisar alternativas agroflorestais;
- ▶ Implementar programa de agregação de valor;
- ▶ Pesquisa participativa, diversificação;
- ▶ Realizar estudo econômico comparativo (turismo rural dentre outros);
- ▶ Criar mais oportunidade para os jovens permanecerem no campo;
- ▶ Incentivo a produção agroecológica com mais recursos específicos para a agroecologia.

7.2 - Associativismo e cooperativismo

- ▶ Associativismo com base na economia solidária;
- ▶ Associativismo produtos, produção, comercialização;
- ▶ Organização e Planejamento;
- ▶ Criar associações e promover a conscientização;
- ▶ Articulação de políticas públicas em economia solidária;
- ▶ Organização dos produtores;
- ▶ Organizar Programas Institucionais.

7.3 - Meio ambiente

- ▶ Preservação, recuperação, conservação das matas ciliares;
- ▶ Estimular o processo de organização para ocupar os diversos espaços de tomada de decisão da sociedade civil. Ex: comitê das bacias;
- ▶ Organizar programas cultura, lazer, esporte;

7.4 - Intermunicipalidade

- ▶ Buscar parcerias (Epagri, Prefeituras, Sindicatos, ONGs, Igreja e etc.);

- ▶ Amadurecimento e emponderamento e controle social;
- ▶ Multiplicação de atores;
- ▶ Usar parte dos recursos para marketing (rádio, jornal, folder);
- ▶ Ampliar o numero de multiplicadores o tamanho do território passaria a ser um ponto forte fortalecer as instituições regionais;
- ▶ Fórum Permanente da Agricultura Familiar.

7.5 - Organização e formação

- ▶ Curso de formação de Cidadania;
- ▶ Fortalecer Educação no Campo; ATER equipe multidisciplinar;
- ▶ Valorização do meio Rural.

7.6 - Infraestrutura e serviços de apoio

- ▶ Oportunidade social moradia, lazer, cultura, esporte, oportunidade de melhoria na qualidade de vida;
- ▶ Pesquisa participativa nas pequenas propriedades;
- ▶ Parcelar divida a longo prazo;
- ▶ Terminal de Calcário (ferrovia);
- ▶ Estrada, Educação, Comunicação, Energia Elétrica, Saúde;
- ▶ Contrato para os Assentamentos;
- ▶ Evolução da escola no campo;
- ▶ Abertura do transporte.

8 - PROPOSTA DE GESTÃO DO PLANO TERRITORIAL

Este item ainda não foi discutido pelos integrantes do Colegiado Territorial e deverá ser objeto de discussão no próximo ano.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os membros do Colegiado Territorial consideram que muito se avançou nos últimos anos no que se refere à compreensão do significado do desenvolvimento territorial sustentável. Espera-se que mais atores do Território venham contribuir com o processo de planejamento. Percebeu-se, também, que muitos conflitos iniciais estão ficando em segundo plano e que os representantes do Colegiado têm um objetivo comum que consiste no desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, levando em conta as profundas diferenças existentes no interior dessa noção. Diversas experiências apoiadas pela política territorial do MDA/SDT encontram-se em pleno funcionamento e outras ainda buscam um modelo de gestão adequado para cada situação. Acredita-se, no entanto, que essa política, precisa se tornar uma política de Estado, não se limitando a uma mera iniciativa de governo.

Alguns aspectos foram identificados nesta atualização do Diagnóstico Territorial como sendo áreas de intervenção ainda não tratadas pelo Colegiado Territorial. Ressalte-se que essas sugestões de áreas de intervenções não têm o caráter de serem exaustivas existindo, certamente, outras frentes de atuação não arroladas nesta versão do Plano, mas que na continuidade do processo de planejamento podem se revelar promissoras e estratégicas. Na sequência apresenta-se uma síntese desses aspectos como forma de subsidiar as discussões do Colegiado:

- 1- Aprofundamento do Programa de Crédito Fundiário a partir da elaboração de um projeto que priorize as quase novecentas famílias de agricultores familiares que não são proprietárias dos estabelecimentos rurais;
- 2- Criação de um sistema territorial de financiamento, tendo por base o cooperativismo de crédito rural, de forma a atender todos os municípios do Território seja com novas cooperativas, seja com a abertura de PAC das cooperativas existentes;
- 3- Elaboração de um projeto visando a captação de recursos financeiros da modalidade “B” do Pronaf, acompanhada de uma proposta de gestão territorial a partir de metodologias do microcrédito praticadas, por exemplo, pelo Banco do Nordeste com o Programa Agroamigo. Este projeto visa atender as famílias de agricultores mais pobres do Território;

- 4- Em parceria com o Sebrae, elaborar um projeto de microcrédito para acessar recursos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) do BNDES, com o propósito de beneficiar de forma prioritária as famílias que residem nas periferias dos núcleos urbanos e que atuam como assalariadas sazonais em atividades agropecuárias, além de microempreendedores rurais;
- 5- Realizar um estudo aprofundado sobre as atividades florestais existentes no território com o intuito de conhecer de forma detalhada o processo de expansão das áreas destinadas a reflorestamentos, as categorias sociais e as relações de trabalho que predominam nessa atividade, os principais impactos ambientais e possíveis intervenções e negociações com o setor empresarial do ramo a serem empreendidas por iniciativa do Colegiado Territorial;
- 6- Efetuar um estudo semelhante relacionado aos principais problemas ambientais existentes no Território e identificação de potencialidades latentes de desenvolvimento territorial sustentável, que valorize os chamados recursos territoriais específicos (exclusivos e de difícil reprodução noutros territórios);

10 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTOS CONSULTADOS

CARPANEZZI, A. A. et al. **Zoneamento ecológico para plantios florestais no estado de Santa Catarina**. Curitiba: Embrapa – CNPF, 1988. 113 p.

RAUD, C. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense. Florianópolis-Blumenau, Ed. da UFSC/Ed. da FURB, 1999.

SANTOS, S. C. dos. **Educação e sociedades tribais**. Porto Alegre: Movimento, 1975.

SEBRAE. Santa Catarina em números. Florianópolis, 2010.